

A geografia dos conflitos sociais da América Latina e Caribe	Título
Tramontani Ramos, Tatiana - Autor/a	Autor(es)
Buenos Aires	Lugar
CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales	Editorial/Editor
2003	Fecha
	Colección
conflictos sociales; geografía; América Latina; Caribe;	Temas
Artículo	Tipo de documento
http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/becas/20110127084523/tramon.pdf	URL
Reconocimiento-No comercial-Sin obras derivadas 2.0 Genérica http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.0/deed.es	Licencia

Seguí buscando en la Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO
<http://biblioteca.clacso.edu.ar>

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)
Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO)
Latin American Council of Social Sciences (CLACSO)
www.clacso.edu.ar



Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
Latin American Council of Social Sciences



Tramontani Ramos, Tatiana. **A geografia dos conflitos sociais da América Latina e Caribe.** *Informe final del concurso: Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe.* Programa Regional de Becas CLACSO. 2003

Disponível em la World Wide Web:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/2002/mov/tramon.pdf>

www.clacso.org

RED DE BIBLIOTECAS VIRTUALES DE CIENCIAS SOCIALES DE AMERICA LATINA
Y EL CARIBE, DE LA
RED DE CENTROS MIEMBROS DE CLACSO
<http://www.clacso.org.ar/biblioteca> - biblioteca@clacso.edu.ar

A Geografia dos Conflitos Sociais da América Latina e Caribe

Tatiana Tramontani Ramos

Introdução

Tanto o noticiário jornalístico como o mundo acadêmico (Tadei e Seoane, 2000; Ceceña e Sader; 2002 Porto-Gonçalves, 2001a) vêm acusando a intensificação dos conflitos sociais na América Latina e Caribe, sobretudo na segunda metade dos anos 1990. Trata-se, na verdade, de um *novo padrão de conflitividade* que vem se configurando na região e que está colocando além de novas questões políticas, também questões para a investigação científica. É nesse marco que se inscreve nossa investigação acerca da *geografia dos conflitos sociais na América Latina e Caribe*.

São grandes os desafios que se apresentam para nossa investigação a começar pela própria divisão do trabalho científico que separa disciplinas como a Geografia e as Ciências Sociais cujo diálogo, acreditamos, é fundamental para elucidar as questões que estão se colocando. Porto-Gonçalves (no prelo) e Coronil (2000), para não insistirmos nos pioneiros Henry Lefébvre (1981) e Michel Foucault (1998a e 1998b), vêm chamando a atenção para a importância de recuperar o espaço enquanto dimensão fundamental da matéria nas análises sócio-históricas, o que pode ser atestado até mesmo pela constituição de um novo léxico político com expressões como *globalização*, *regionalização*, *blocos regionais*, *territórios* e *territorialidades* para ficarmos com algumas das mais frequentes.

Um dos primeiros desafios que nossa pesquisa teve resolver foi o de constituir um quadro teórico-conceitual adequado que pudesse dar conta dessa problemática. E, mais ainda, estabelecer um conjunto de procedimentos técnicos e operacionais coerente com a opção teórico-metodológica para o tratamento do material empírico. O que oferecemos nesse texto é um avanço teórico-metodológico a partir de um rico material empírico fornecido pela Revista do Observatório Social da América Latina no ano de 2001.

Fundamentos teórico-conceituais: em busca da compreensão da geograficidade dos conflitos e movimentos sociais na América Latina

Toda a nossa investigação parte da consideração histórica e geograficamente observável de que o conflito social é parte das relações sociais e de poder. Nesse sentido, o conflito social é considerado não só como um fato social em sua positividade como, também, um *fato-sendo-feito* e, por isso, aberto às circunstâncias do lugar e do tempo em que ocorre. As relações sociais e de poder não se constituem como uma ordem cuja normalidade, vez por outra, seria acometida por disfuncionalidades, anormalidades, desordens e conflitos. Ao contrário, os conflitos sociais são parte da ordem social que constituem e que por meio deles se transforma/se afirma. Assim, o conflito social ganha uma enorme relevância teórico-política e, como tal, se coloca como um conceito fundamental para a constituição das ciências sociais na perspectiva de um campo do conhecimento preocupado com as mudanças e com as transformações da sociedade. A compreensão da geograficidade dos conflitos sociais se faz de grande importância na afirmação do território como um complexo; complexo de forças, complexo de interesses, de necessidades, desejos e compreensão da conflitividade como uma forma de resistência ao “alisamento” do território e à abstração das diferenças..

Recusamos, assim, a tradição sociológica que vê o conflito como anomia (Durkheim) como se fora uma disfunção social. Com isso nos afastamos das tradições funcionalistas com fortíssimas raízes nas ciências sociais (Talcott Parsons) e na Geografia (Michel Rochefort, Bernard Kayser entre outros). Admitir o *conflito social* como algo aberto, contraditório e *historicamente indeterminado* é se aproximar de uma perspectiva teórica preocupada com as transformações e mudanças sociais e não com uma ciência social da ordem. Afastamo-nos, assim, do positivismo na própria medida que aceitamos o *conflito social* como conceito em torno do qual constituímos nossa investigação. Para nós o conflito social é expressão das mudanças *em ato* e, portanto, é a expressão das tensões e contradições da própria ordem social que constitui na própria medida que transforma. Assim, nos aproximamos de uma perspectiva dialética não no sentido hegeliano que pressupõe um ser em vias de realizar uma essência que já estaria desde o início, como se fora um ser biológico cujo embrião já conteria as determinações do seu desenvolvimento, como querem certas teorias que acreditam no determinismo genético. Ao contrário, o conflito social está inscrito numa dialética aberta que se faz por meio dos próprios conflitos onde os diferentes sujeitos implicados constroem, nas próprias circunstâncias, seus possíveis históricos. Daí a expressão, só aparentemente ambígua, de que o conflito social é *historicamente indeterminado*, na medida que a indeterminação não é abstrata mas, ao contrário, a abertura se faz em condições socio-históricas concretas. Assim, a expressão que a princípio pareceria negar a afirmação central do materialismo histórico de que o ser social é historicamente determinado, na verdade lhe empresta um sentido mais denso por meio de uma dialética aberta, evitando a idéia de uma essência já dada que se realiza na história – evolucionismo, historicismo.

Dessa forma, o conflito social nos oferece a possibilidade empírica de abordar as contradições sociais. Ele é a manifestação concreta dos antagonismos de grupos e classes e por meio dele se evidencia a experiência concreta de construção de sujeitos sociais, onde se configuram a construção de identidades

coletivas, de motivações e interesses compartilhados, estratégias de luta, assim como formas de organização e manifestação. *Assim, o conflito não é um outro das relações sociais e, sim, parte constitutiva delas.*

O conflito evidencia, assim, a formação das classes e grupos sociais e coloca em relevo o protagonismo social e dessa forma permite a identificação empírica da classe concreta e não da classe teórica ou classe no papel, como tão bem criticara Pierre Bourdieu. A classe social deixa de ser vista, aqui, como uma substância – uma coisa – que teria uma essência e passa a ser vista como formação.

A categoria conflito social nos abre, assim, novas perspectivas dentro das ciências sociais, pois possibilita a construção de um referencial teórico a partir do próprio lugar em que ele se dá e por aqui, já começamos a tentar estabelecer a relação entre sociedade e espaço. Embora possamos identificar *post festum* padrões e até mesmo encontrar condicionalidades socio-historicamente constituídas – E. P. Thompson (1981) fala de pressões –, o conflito social como contradição em ato pode trazer novas questões a serem pensadas e teorizadas que se colocam a partir de lugares e situações que escapam aos padrões tanto teóricos como políticos estabelecidos. Assim, nossas investigações tanto apontam para a possibilidade de identificarmos padrões, processos e leis gerais, como para as singularidades a partir dos conflitos sociais e dos lugares onde ocorrem e que produzem com sua ocorrência. Para isso a consideração da geograficidade do social é fundamental, conforme veremos a seguir (Porto-Gonçalves e Bruce, 2003. No prelo).

Destaquemos, aqui, que o lugar no sentido geográfico do termo na sua materialidade é uma construção social e, sendo assim, o lugar de ocorrência do conflito não é indiferente ao devir social, ao contrário, é fundamental para compreendê-lo. A sociedade não se constrói primeiro a si própria para, depois, construir seu espaço geográfico. Não, a geograficidade se constituiu no mesmo movimento com que se constitui a sociedade e, assim, não cabe estabelecer uma relação de causalidade seja do espaço para a sociedade, seja da sociedade para o espaço. Enfim, o lugar não externo ao social é sua espessura. “*O homem é um animal territorial*” (Zaoual, Hassan – *El Mosaico de Culturas Encara a Un Mundo Uniforme*, in Polis – Revista de la Universidad Bolivariana, volumen 1, no. 02, Santiago de Chile, 2001, p. 487).

Considerar a geograficidade do social nos permite, assim, captar sua dinâmica política concretamente como tão bem destacaram H. Lefebvre e Michel Foucault o que podemos observar quando assimilamos acriticamente o pensamento colonial, a *colonialidad del saber* (conforme Lander *et al*, 2000), como na idéia de modernidade se olvida sua dimensão conflitiva que lhe é constitutiva que a colonialidade. O mais interessante nesse caso é que se opta por visão do mundo provinciana, a européia, e se perde a perspectiva mundial que exigiria considerar a modernidade conjuntamente com-seu-outro que é a colonialidade e, assim, o espaço mundial, nos seus diferentes lados, aparece ativamente na constituição do sistema-mundo. Afinal, a Europa não assumiria o lugar que ocupou após 1492 não fora o ouro, a prata, as matas, os rios, os solos, o trabalho escravo, a exploração indígena na América e na África. Não fora esses lugares significativos para a conquista e dominação européias e não teriam sido objeto de

todo o esforço moderno-colonial que os europeus lhe emprestaram. Mas, exatamente aí, reside a contradição de só se considerar o tempo posto que todo esse esforço indica o papel ativo que esses lugares, esses povos tiveram no processo de constituição do sistema-mundo que, assim, dever ser visto como sistema mundo moderno-colonial sob pena de deixarmos escapar a dinâmica concreta, contraditória.

A construção do conhecimento não é atópica (Boaventura de Souza Santos, 2000; Porto-Gonçalves, 2001c Leff, 2001) o que implica reconhecer que o lugar de onde se fala ou se constrói o conhecimento faz parte do conhecimento, inclusive o conhecimento produzido pelos próprios protagonistas do conflito.

As ciências sociais ficaram profundamente marcadas pelo lugar sociogeográfico onde surgiram, ou seja, a Europa que se urbanizava e se industrializava com o advento do capitalismo a partir dos séculos XVIII e XIX. Assim, categorias como capital e trabalho, por exemplo, passaram a comandar as análises sociológicas, independentemente do lugar, região ou país onde os processos sociológicos transcorriam. Anibal Quijano apontou as limitações desse tipo de abordagem que ignora os contextos sociogeográficos específicos ao explicitar que, na América Latina, até mesmo a condição de assalariado era negada aos indígenas e negros que correspondiam a mais de 90% da população quando da independência e da formação dos Estados nacionais na América Latina e Caribe.

O mesmo pode ser dito em relação às populações originárias da América, assim como a de afroamericanos que, até hoje, engendram processos e lutas para afirmar seus direitos, inclusive, seu direito à diferença como, por exemplo, quando põem abertamente a questão da demarcação dos seus territórios. Essas populações não se pensam a partir das categorias capital e trabalho, mas de outras, muito embora suas lutas possam se dar, e quase sempre se dêem, contra o capital. Capital e trabalho são construções européias, criadas para analisar processos europeus e europeizados (ocidentalizados) que se expandiram pelo mundo confrontando-se com outras formações sociais. Isso confirma nossa hipótese de que a construção do conhecimento se faz, sempre, a partir de algum lugar mediante determinadas questões concretamente colocadas. É este argumento que marca o compromisso da geografia com o território e, conseqüentemente, com o todo empírico, a força que brota do espaço. Nesse sentido, o conflito é um conceito importante pois traz consigo a contradição em ato, na sua concretude. E tal contradição não aparece para ser “resolvida”, amenizada ou “alisada”, mas reconhecida em sua existência.

Do Conflito a conflitividade

Dissemos na introdução que a década de 1990 marca um novo padrão de conflitividade na América Latina e Caribe. Na verdade, podemos falar de um novo ciclo de lutas e protestos sociais muito diferente, por exemplo, daquele dos anos 50 e 70, adentrando os 80, marcado não só por fortes movimentos guerrilheiros que nos deu Che Guevara, por exemplo, como por lutas por afirmação nacional face a dependência e ao subdesenvolvimento, lutas essas que, também ali, geraram teorias sociais próprias (Celso Furtado, Raul Prebich, F. H. Cardoso,

Enzo Falleto, Osvaldo Sunkel, Rui Mauro Marini, Teotônio dos Santos, Rodolfo Stavenhagen, a escola cepalina).

Estaríamos, pois, nos anos 90 diante de um novo padrão de conflitividade o que por si mesmo indica a importância teórico-política da periodização, assim como das suas escalas espaciais e temporais. Enfim, a questões como as relações entre estrutura e conjuntura, dos tempos longos e dos tempos curtos, assim como do particular e do geral – do local, do regional, do nacional e do supranacional - e do singular, do diferente, do outro se colocam.

De um ponto de vista metodológico é importante considerar a distinção entre o conflito e a conflitividade, questão que nos colocamos a partir da leitura de E. P. Thompson (Thomson, 1981) com sua crítica ao historicismo e estruturalismo. Enquanto o conflito é a manifestação concreta, empírica, das contradições em ato, a conflitividade nos remeteria às suas condições de possibilidade, isto é, as condições que tornam mais prováveis determinados conflitos do que outros. Isso tem a ver com as conjunturas e, aqui, as questões relativas às escalas de tempo, assim como as escalas geográficas, se impõem se impõem. Até que ponto um conflito é local ou supralocal (regional, nacional, mundial) é uma das questões mais sensíveis desse tipo de investigação que estamos desenvolvendo até porque exige um arcabouço teórico complexo que envolva uma concepção simultânea da dinâmica espaço-temporal. No materialismo histórico tal preocupação tem recebido a denominação de 'desenvolvimento desigual e combinado'¹ que, entretanto, precisa se desprender do olhar centrado no capital e na sua expansão contraditória e considerar melhor o ponto de vista daqueles processos e sujeitos sociais que têm suas formações desenvolvidas a partir de outras relações sociais e de poder diferentes do capitalismo.

Trabalhar com os conflitos sociais tende a uma valorização do tempo curto, do tempo da conjuntura o que deve ser devidamente contextualizado e, para isso, a periodização se torna fundamental². Esse é um desafio que nossa pesquisa tem o tempo todo em mente, até porque o tempo hegemônico se impõe, não sem tensões e conflitos, por meio do espaço geográfico enquanto história objetivada nas coisas – *habitat* - e história incorporada no corpo de cada um - *habitus*. Veremos adiante, como o período colonial e o período dos Estados independentes na América Latina e Caribe é uma distinção essencial ao demarcarem padrões de poder e de conflitos distintos aqui tomados numa escala temporal de longo prazo: Período Colonial – De 1492 a Início do século XIX e Período Independente – de inícios do século XIX até hoje (e seus sub-períodos que definem outros padrões de conflitividade).

As mudanças que transcorrem nas relações sociais e de poder têm nos conflitos sociais sua expressão privilegiada e, por meio deles, novas (co)relações de forças se instauram configurando *novos padrões de conflitividade* no contexto de uma dada formação social. Uma pequena ilustração – no ano de 2001 poucos foram os conflitos com motivo explicitado como de luta pela soberania. Naquele ano esses conflitos foram identificados em Porto Rico, sobretudo na luta contra a base militar estadunidense em Vieques. Entretanto, esses conflitos se multiplicam nos anos subseqüentes no Equador, no Peru, na Colômbia, no Brasil e México indicando que um novo padrão de conflitividade estava sendo apenas anunciado naqueles conflitos em Porto Rico em 2001. Isso, na verdade, está associado às

novas estratégias do governo dos EUA de estabelecer bases militares na América Latina o que, por sua vez, é uma expressão no próprio espaço geográfico de um novo padrão de conflitividade marcado pela militarização dos conflitos sociais. Assim, os conflitos sinalizam novos padrões de conflitividade, padrões de conflitividade esses que conformam esses mesmo conflitos.

Da conflitividade à formação sócio-espacial da América Latina

Uma das contribuições mais importantes da teoria social crítica e que muito nos ajuda a apreender a geograficidade do social nos foi dada por LÊNIN em *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. Dessa obra, escrita em 1898, emerge o conceito de *formação social* como central para pensar o processo de constituição e consolidação do capitalismo mostrando como, na Rússia, ele se dava de forma singular e diferente do que na Europa analisada por Marx. Diga-se, a bem da verdade, que Karl Marx n' *O Capital*, logo depois do capítulo *A Lei Geral da Acumulação Capitalista*, desenvolve dois capítulos importantíssimos para as questões que nos interessam - *A Acumulação Primitiva* e *Moderna Teoria da Colonização* - onde procura dar conta das condições históricas para que a *lei geral da acumulação capitalista* pudesse se desenvolver. Assim, mesmo para Marx a idéia de uma lei geral, mesmo da acumulação do capital estava afastada e, assim, os processos devem ser apreendidos na sua dinâmica histórico-geográfica.

Lenin, até onde nos é dado conhecer, talvez tenha sido quem mais longe demonstrou de modo sistemático como o capitalismo não pode ser pensado de modo abstrato fora de um contexto histórico-geográfico concreto. Assim, há, sempre, *formações sociais distintas* sem o que não compreendemos a formação das próprias classes que as engendram. Assim, embora a Inglaterra seja um país capitalista, tal como o são a França e os Estados Unidos, o capitalismo não é o mesmo nesses diferentes países porque sua *formação social* é distinta. Consideremos a questão da terra, até porque ela implica a necessidade de pensar a geograficidade da história de modo mais explícito por suas implicações territoriais. Na Inglaterra, o capitalismo se forjou com a expulsão dos camponeses da terra (vide Thomas Morus em sua *Utopia*) e com o domínio dos mares já a partir do século XVIII, pode explorar os recursos naturais do mundo e assim, esvaziar os campos; na França, a forte presença política camponesa na Revolução Francesa impôs a reforma agrária e com isso, ensejou um perfil do capitalismo naquele país cujos efeitos ainda hoje se fazem sentir com grande força; já nos EUA, a forte presença camponesa nos estados do norte não só liderou a primeira luta anticolonial bem sucedida, como estabeleceu um regime de apropriação da terra fortemente democratizado - *homestead act*. Lenin nos convida, assim, a que se observe, sempre, o capitalismo como *formação social*, na sua concretude histórico-geográfica e assim, na sua conformação sobre o terreno.

A formação social, portanto, implica no processo de constituição da própria sociedade enquanto espaço. Nesse sentido, podemos dizer que a formação social é o processo de instituição/inscrição de uma dada sociedade na terra conformando seu território, sua territorialidade³.

Por esse caminho, a própria formação dos Estados ganha significação na medida que a formação dos estados é, no sistema-mundo moderno-colonial, ao

mesmo tempo a formação dos seus territórios. Observemos que aqui, como nos lembra Henri Lefebvre, que a categoria Estado é uma categoria que traz dentro de si o espaço (enquanto território).

A análise da formação social da América Latina nos exige a compreensão dos processos e dinâmicas da colonização e da formação dos Estados latino-americanos. Esses dois processos históricos e geográficos são cruciais para compreendermos as estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais da América Latina hoje, principalmente a partir dos movimentos sociais. Nesse sentido, a colonização e a formação dos Estados latino-americanos são dois marcos de uma periodização que torna a análise ao mesmo tempo mais refinada e didática, pois permite identificar processos e dinâmicas específicas que conformaram estes dois momentos, mas que ao mesmo tempo guardam relações entre si. Nesses dois processos históricos temos os elementos principais para compreendermos a formação social da América Latina.

O processo de moderno-colonização se deu como conflito entre diferentes territorialidades⁴. A cidade do México expõe hoje essa arquitetura de conflito onde os espanhóis construíram suas instalações sobre as instalações do Império Azteca numa violência material inominável. A moderno-colonização é⁵ um amplo processo de conflito de diferentes formas de estar no mundo, de se inscrever na Terra. A constituição da América Latina moderno-colonial foi o conflito entre uma Europa burguesa, branca e machista e diversos povos originários onde estes se viram tendo que se reinventar num contexto de relações assimétricas marcado por um violento processo de exploração, expropriação e roubo de suas terras, águas, rios, bosques, solos e subsolos.

Entretanto, longe de um processo de anulação política e cultural, conforme se depreende de um discurso que de tanto afirmar a dominação e a conquista e, assim, a lógica do dominador, vemos, ainda hoje, que na exposição de motivos do governo do México sobre o Plan Puebla-Panamá constar que o projeto pretende *castellanizar* a população do sul do México, o que dá bem a idéia do fracasso da moderno-colonização naquela região e, ao mesmo tempo, da atualidade desse processo. Quando se sabe que, ainda hoje, 65% da população do Paraguai só fala a língua guarani podemos ver um pequena ponta do que significa a resistência aos processos moderno-coloniais. Para quem ainda tem dúvidas, basta visitar as periferias de algumas grandes cidades da América Latina e Caribe como La Paz, Lima, Cochabamba, Cidade do México, Tegucigalpa, Manágua ou Bogotá, sem precisar ir às suas áreas rurais onde a predominância de populações originárias, afrodescendentes e mestiças é absoluta, para vermos que nem mesmo são as roupas ou as cores ocidentais que ali predominam, para não falarmos das línguas que ali se falam.

A formação sócio-espacial da América Latina trás, assim, essa conflitividade básica conformada pelo processo moderno-colonial. A autonomia dos povos originários, seus territórios, sua cultura, economia e política foram profundamente violentadas e, nesse contexto, reinventadas. No seu lugar, surgiu uma nova ordem espacial hegemônica: a cidade comandando uma rede urbana, a partir de onde se organizam latifúndios produtivos e a exploração predatória da natureza, tudo calcado na propriedade privada e na necessidade/desejo de acumulação de capital. Destaquemos, aqui, o significado de grandes cidades entre

os Aztecas e os Incas, para ficarmos com os Impérios de maior extensão territorial que, entretanto, não mantinham uma relação de dominação para com as suas áreas de influência mediadas pela relação mercantil. Esta, sabemos, enseja radicais mudanças nas relações socio-geográficas de poder com a redução da riqueza à sua expressão em dinheiro⁶.

A partir daí, começa a se configurar uma formação social onde o *locus* do poder é a cidade do conquistador, sendo que a rede urbana organiza o território e os caminhos por meio do qual o conquistador o controla tendo o capital como aliado. Lógica territorialista e lógica capitalista (Arrighi, 1994) se combinam na organização do espaço moderno-colonial do ponto de vista do conquistador. Eis um aspecto a que não se tem dado a importância devida – a conquista, se teve a lógica (de uma burguesia) mercantil comandando-a, como tem sido sobejamente destacada, a teve sob um comando do Estado que estabeleceu suas circunscrições territoriais – seus Vice-reinados, suas Províncias, seus Municípios e Cabildos, seus Distritos e Termos, inclusive com o concurso de várias Ordens Religiosas com suas Missões ou Missiones e Reduções ou Resguardos, que constituíram toda uma hierarquia de poder sob a qual age o capital mercantil. Afinal, enquanto a riqueza e sua expressão monetária são materialmente a mesma coisa – no caso do ouro e da prata – ou não estão dadas condições gerais de produção – estradas, portos, segurança –, como no inícios dos processos de moderno-colonização, o Estado e seus gestores, com sua lógica territorialista, se impõem controlando mais diretamente o espaço até que a lógica (da burguesia) mercantil venha a ganhar dinâmica própria e, com isso, conformar novas contradições, inclusive, contra a lógica territorialista, como se verá com o processo de constituição dos estados moderno-coloniais na América Latina e Caribe.

Considere-se, até pelo fato radical de estarmos diante de um processo que se dá por meio de conquista de povos e territórios, que a conflitividade, sob diversas modalidades, atravessa de ponta a ponta todo esse processo e não considerá-la, assim como todos os grupos e povos que tiveram que se reinventar nessas circunstâncias, é aceitar a lógica do conquistador e não captar os processos reais que comandam a organização dos espaços onde o processo histórico concretamente se constitui. Se se quer uma abordagem verdadeiramente universal há que se abandonar a colonialidade do saber e do poder

A organização dos latifúndios produtivos das *plantations* sob regime que escravizava populações negras, e da extração de minérios sob a *encomienda*, da *mita*, do *repartimiento* ou, ainda, das *missões* e *reduções* que organizava a exploração e dominação dos indígenas se faz a partir do poder da cidade colonial, seja a cidade do litoral *na* colônia, por sua vez subordinada a alguma cidade *na* e *da* metrópole européia. Nesta formulação podemos ver como a categoria de território é central posto que nos permite entender a concretização das relações sociais e de poder sob o espaço.

Tradicionalmente, o território foi tratado tanto pela geografia quanto pelas demais ciências sociais como sinônimo de Estado. Na perspectiva que aqui abraçamos, libertamos o território dessa limitação jurídico-política, ao mesmo tempo em que reconhecemos ser o território instituinte do Estado que o institui. Afinal, o Estado é uma construção sócio-espacial delimitada por e a partir relações de poder (SOUZA, 1995), onde se afirmam uma série de instituições, normas, leis,

regras, enfim um conjunto de relações políticas e econômicas que, elas mesmas, delimitam um espaço. Todavia, é preciso considerar que um mesmo Estado contém, sempre, territorialidades distintas⁷ e conflituosas. O Estado (e seu território) é, assim, uma identidade de contrários na medida que, sempre, abriga múltiplas territorialidades – a que aí está e as possíveis a partir do que aí está.

A construção dos Estados latino-americanos deve ser analisada à luz do contraditório processo de consolidação da moderno-colonialidade, em que a Europa se constitui a partir da hierarquização dos espaços, das culturas, da exploração e do racismo. Modernidade e colonialidade, assim como Europa e América, são duas faces da mesma moeda (QUIJANO, 2000). A América Latina se forma a partir da exploração dos seus recursos naturais, destruição e subordinação das populações indígenas, escravização das populações negras de origem africana e exploração do camponês mestiço por parte dos os agentes do colonialismo dos Estados europeus, de suas companhias comerciais, seus capitais de natureza vária e seus gestores territorialistas (Arrighi, G. 1994) que, zelosamente, cuidavam da conquista por meios políticos, administrativos, religiosos e militares.

Os Estados latino-americanos estão, assim, desde o início atravessados por múltiplas territorialidades em *conflito*. Uma leitura atenta do mapa da distribuição dos diferentes grupos étnicos na América Central é significativo a esse respeito. Do lado do Pacífico é pequena a presença de grupos indígenas e negros, ao contrário da costa caribenha. Entretanto, não nos damos conta que os próprios nomes – Pacífico e Caribe – são expressões da conformação geográfica daqueles territórios: o Mar do Caribe é assim denominado por ser o Mar dos Caribes, ou seja, onde os indígenas resistiram e não se deixaram dominar, e o Pacífico, mais do que um oceano calmo, pacífico, é assim chamado porque foi o território onde os índios foram dizimados, na linguagem colonial, pacificados. Ainda no Caribe podemos ver a forte presença de populações negras que ali se estabeleceram se livrando da escravidão, como em Portobelo, no Panamá caribenho, onde em outubro se reverencia o Cristo Negro, assim como em Palenque, povoado a cerca de 30 km de Portobelo.

Ainda que de forma sintética buscamos mostrar algumas dimensões que nos parecem centrais nos processos que constituíram a formação social da América Latina no primeiro período do processo moderno-colonial que os historiadores chamam colonização. Ressaltemos, agora, alguns dos aspectos mais significativos que configuram o segundo período do processo de moderno-colonização que é o da formação dos Estados latino-americanos.

Segundo Anibal Quijano, a elite *criolla* que comandou o processo de independência dos países latino-americanos não passava de algo em torno de 7% a 10% do conjunto da população quando da independência dos diferentes países da região. Isso significa que, desde o início, um determinado padrão de poder se conformou em benefício de uma minoria branca que se afirmou contra as outras populações existentes e suas territorialidades (indígenas, camponeses e negros). Acompanhamos, assim, a precisa caracterização que Aníbal Quijano faz da formação dos estados latino-americanos (QUIJANO, 2000) quando diz que o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade do poder entre nós. Nesse sentido, é importante destacar o verdadeiro silêncio que se faz a respeito do

processo de independência do Haiti, único país cujo processo de independência foi comandado por populações negras, no caso contra a França, já à época indicando que os princípios de liberdade, igualdade e fraternidade não se estenderiam tranquilamente às populações de outras cores – os negros, os indígenas, os aborígenes australianos assim como os povos asiáticos que o digam até hoje.

Na verdade, o que chamamos de Estado nacional tem sido a formação de territórios a partir de relações/lutas em que, quase sempre, se impôs um conjunto de instituições em benefício de populações brancas, burguesas e com perspectivas eurocêntricas que submeteram populações outras, com seus sistemas de pesos e medidas⁸ próprios e, até mesmo, impondo uma determinada língua a todo o território. Nos países de formação colonial, como todos os países da América tivemos a formação de Estados contra a maioria das populações e grupos sociais.

Talvez um caso que possa ilustrar a tensão de territorialidades constitutiva da formação dos Estados na América Latina seja o do Brasil. O mapa do Brasil do dia 8 de setembro de 1822, um dia após a independência, revela que toda a atual região amazônica, com cerca de 54% do atual território brasileiro, permanecera ligada à Lisboa. Somente um ano depois, em 1823, os luso-amazônidas, da então Província do Grão-Pará se desligaram de Portugal e aderiram à independência do Brasil, dando ensejo à formação do maior território entre os estados latino-americanos. Uma das razões que levaram os luso-amazônidas a aderir ao Brasil foi a preocupação com o fim da escravidão que a Revolução do Porto ocorrida em Portugal em 1820 prometia extinguir. Assim, a adesão ao Brasil significava manter a escravidão. O aumento da exploração sobre as populações indígenas, negras e de brancos pobres na Amazônia, após a adesão dos luso-amazônidas ao Brasil, esteve entre as razões da maior rebelião popular da história do Brasil – a Revolução dos Cabanos (1835 a 1839) – e que foi debelada à custa de muitas vidas de cabanos⁹. Registre-se que a escravidão e o latifúndio foram os dois pilares que se sustentaram a aliança entre as diferentes oligarquias provinciais das diferentes regiões do Brasil, num pacto político que manteve a unidade territorial do país. Sociedade e território, vê-se, são indissociáveis.

Assim, a formulação de Aníbal Quijano de que o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade, nos obriga a ver junto com a descontinuidade que significa a formação de Estados Nacionais independentes na América Latina e Caribe, há um componente moderno-colonial que perdura sob novas formas neste novo período. A região continuou com uma estrutura agrária atrelada aos interesses dos países centrais e submissas às dinâmicas do mercado mundial. A divisão internacional do trabalho consolidada no primeiro período moderno-colonial permaneceu inalterada na maior parte dos países. Em função da heterogeneidade e singularidade de cada país da América Latina, podemos identificar uma série de padrões de organização sócio-espacial e dinâmicas políticas e econômicas próprias. Apesar das singularidades, podemos afirmar, em linhas gerais, que manteve-se na América Latina uma estrutura agrário-exportadora. Enquanto isso, as relações políticas e institucionais são marcadas por experiências autoritárias, caudilhescas, coronelistas e finalmente, populistas. Durante a crise de 29 e a Segunda Guerra Mundial, em vários países da região

inicia-se uma nova fase do processo de modernização que, entretanto, conserva a estrutura colonial contra os camponeses pobres, as populações negras e indígenas, enfim, um processo de industrialização e urbanização sem uma transformação nas relações políticas no interior dessas sociedades e, com isso, perpetua-se a estrutura de uma sociedade desigual tendo como classes hegemônicas a ascensão de uma burguesia industrial e a perpetuação das oligarquias rurais, estas ainda soberanas na maior parte do países da América Central até o recente período de moderno-colonização neoliberal.

Após um curto período de ampliação da participação de outros setores da sociedade sobretudo com o processo de urbanização, entre 1930 a 1970, veremos, nos anos 80 e 90, o Estado ser capturado por uma nova configuração de poder mundial – a neoliberal - com um novo rearranjo das classes dominantes tradicionais com setores ligados a uma dinâmica ditada por uma territorialidade supranacional de novo tipo que, todavia, mantém a velha conformação moderno-colonial. Anibal Quijano (Quijano, 2000) cunhou as precisas denominações de des-nacionalização e des-democratização para caracterizar o novo período desse Estado Neoliberal que se ernseja a partir dos anos 90, quando temos a emergência daqueles setores que, desde sempre, ficaram à margem da formação dos Estados: os indígenas (os mapuches, no Chile), no Equador e no Brasil; os indígena-campesinos na Colômbia (Floro Tunubalá, governador eleito em Cauca), os zapatistas no México, na Bolívia (a luta contra a capitalização da água em Cochabamba e a luta dos cocaleros no Xapare cujo ciclo de lutas proporcionou, pela primeira vez, que um indígena camponês, Evo Morales, se destacasse numa eleição presidencial); os camponeses, como é o caso do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra do Brasil – MST- e no Equador; os afrodescendentes com seus palenques na Colômbia (Pacífico Sul) ou com os quilombos no Brasil, agora reconhecidos com direito à territorialidade nas Cartas Magnas desses dois países. Deste modo, o clientelismo, o coronelismo, o gamonalismo, o patrimonialismo, o populismo e outras relações tradicionais de poder passam a ser desestruturadas por baixo, pelo avanço da sociedade civil e, por cima, pelas próprias reformas de corte neoliberal.

A emergência desses protagonistas e de uma outra variedade de movimentos e conflitos sociais na América Latina, nos obrigam a considerar as distintas territorialidades como componentes fundamentais das dinâmicas sociais. Compreender a emergência desses movimentos significa compreender a dinâmica das diferentes territorialidades e isso significa apreender as relações de poder que se estabelecem entre os protagonistas e as formas pelas quais cada sociedade se constitui enquanto tal, através da construção dos seus próprios territórios. A recente estratégia de autogoverno dos zapatistas batizada de Caracoles, tão bem assinalada no artigo de Pablo Gonzáles Casanova, nos dá excelentes pistas teórico-políticas não só para o futuro, como pela leitura que os zapatistas fazem das práticas que, de certa forma, as resistências vêm, desde sempre, ensejando.

Passamos agora, para os atributos que constituem os conflitos sociais.

A natureza sociogeográfica dos conflitos: o rural, o urbano e as escalas políticas

Determinar a natureza sociogeográfica de um conflito implica em identificar os elementos e processos que constituem a sua geograficidade. Neste sentido, esta natureza só pode ser revelada após uma profunda análise dos elementos que constituem este conflito, a saber o motivo, os protagonistas, os antagonistas, as formas de organização e a manifestação do conflito em si. A natureza só pode ser identificada com clareza quando conseguimos identificar a geograficidade desses atributos do conflito. A natureza sociogeográfica é o atributo síntese, é aquele que conjuga e agencia os demais atributos.

Buscar desvelar esta natureza sociogeográfica implica em identificar e analisar quais processos sócio-espaciais são constituintes do conflito. Apenas nessa relação indissociável entre *sociedade-espço* é que podemos apreendê-lo. Seria desprovido de sentido e frágil teórica e empiricamente qualquer análise que queira revelar essa natureza sem considerar a espacialidade. E acrescentamos: é frágil e incompleta qualquer análise social que desconsidere a espacialidade dos processos sociais. Insistimos, mais uma vez, em afirmar que a análise da espacialidade dos processos sociais é a análise das relações de poder, dos conflitos, das tensões e das forças criativas dos “homens e mulheres de carne e osso” (Thompson). A espacialidade comporta a materialidade e o simbólico, sendo este entendido como um conjunto de significações que dão sentido à materialidade.

Vamos agora buscar sistematizar as idéias e conceitos que podem nos ajudar a analisar os conflitos sociais.

A princípio temos duas categorias básicas de identificar a natureza sociogeográfica de um processo social, que são rural e urbano. Precisamos deixar claro o que essas categorias significam para nós e como elas permitem realizar uma análise.

O que caracteriza o rural? Ou melhor, qual é a *natureza sociogeográfica* de uma formação sócio-espacial rural? Essa é chave para respondermos essa questão. E o mesmo pode ser dito do urbano. Qual é a *natureza sociogeográfica* de uma formação sócio-espacial urbana? Quais são os elementos que definem essas distintas formas de organizar, perceber e viver o espaço?

Quando falamos em *rural* estamos nos referindo, sem dúvida, a uma gigantesca gama de diferentes formas de organizações sócio-espaciais. Podemos dizer, com grande chance de êxito, que a maior parte da história e da geografia da espécie humana foram organizadas no rural. O fato de colocarmos uma quantidade quase infinita de formas de organização social dentro da rubrica do rural, não significa que tenhamos qualquer pretensão de homogeneizar as experiências humanas. Longe disso, queremos é reconhecer a diversidade e afirmar a sua importância para a Humanidade como um todo.

No entanto, acreditamos que apesar da diversidade, existe uma série de características que podem nos autorizar a colocar formas de organização tão diferenciadas – quilombolas, Xavantes, Quíchuas, camponeses nordestinos, povos nômades do Saara, pescadores do Peru, Mapuches, etc. – sob a denominação

rural. O que essas formas de organização, tão diferentes entre si têm em comum? Quais são as características que as tornam rurais?

Queremos deixar muito claro que a partir daqui estamos propondo um modelo explicativo e analítico que não pretende, de forma alguma, esgotar ou apreender totalmente a realidade. Essas características que estamos desenvolvendo para definir o rural não se forma alguma encontradas em todas as formações sociais que estamos chamando de rural. Estas características são um balizamento, uma forma de nos ajudar a pensar determinadas dinâmicas sociais e não se pretendem de forma alguma a tornar-se universais, mas sim variáveis e parâmetros de análise.

O que caracteriza o rural, em primeiro lugar, é a forma do homem se relacionar com a natureza. Não é nosso objetivo fazer uma discussão acerca da relação sociedade natureza por isso, vamos nos limitar ao essencial para nossa discussão.

É conhecida a crítica ao projeto de modernidade que separa sociedade e natureza, transformando-as em dois pólos antagônicos onde a sociedade é representada pela cultura, razão, técnica e civilidade, enquanto que a natureza é o reino da irracionalidade, do caos, da imprevisibilidade, do rude e do atrasado. Sabemos como esse projeto legitimou uma série de práticas de opressão e exploração de um homem sobre o outro, afinal, esse discurso legitima e faz a apologia da dominação exercida pelo pólo da sociedade –representada pela Europa Ocidental e Estados Unidos- sobre o pólo da natureza –representada pelos povos não-brancos, principalmente indígenas americanos e povos africanos -. Além disso, esse projeto da modernidade preconizava o domínio das forças da natureza pela razão e pela técnica da sociedade. Isso levou ao alto grau de exploração, degradação e destruição de ecossistemas e de formações sociais não-brancas.

Ao contrário desse projeto, podemos afirmar, com uma ampla margem de certeza, que as chamadas populações tradicionais –que são predominantemente as formações sociais que caracterizamos como rurais- se contrapõe a esse projeto que consolida a dicotomia entre sociedade e natureza e afirma a superioridade da primeira em relação a segunda. No caso dessas formações sociais, o que podemos observar, é uma relação de pertencimento e não de exclusão entre sociedade e natureza. Nesse sentido, o corpo social faz parte da natureza. Deleuze e Guattari¹⁰ nos ensinam que os corpos sociais, o *socius*, está inscrito no corpo da Terra, ou se preferir, no corpo da natureza e dele depende para sobreviver e se reproduzir. Esse fato, segundo esses autores torna impossível falar em termos de mediação, dicotomia e separação. Nesse tipo de relação sociedade/natureza, as formações sociais faziam/fazem um uso sustentável dos recursos naturais. As formas de produzir e de organizar o trabalho e as atividades têm como pressuposto a proteção do ecossistema, o respeito aos seus ciclos, o conhecimento e o respeito à sua capacidade de suporte e autodepuração. Ou seja, tudo o que o atual discurso do “desenvolvimento sustentável” preconiza, já era praticado por essas populações. A relação que foi estabelecida com a natureza era de pertencimento, ou seja, essas populações entendiam que elas eram natureza e não uma coisa externa a ela. Dessa forma, para que a própria

organização social pudesse se reproduzir ao longo do tempo, era necessária a preservação e o uso "sustentável" dos recursos¹¹.

Daí podemos concluir, rapidamente, que essas formações sociais sabiam/sabem que a sua reprodução depende diretamente da manutenção do ecossistema, logo, criaram uma prática de exploração dos recursos não-predatória e dessa forma conseguiram proteger tanto o ecossistema quanto o seu modo de vida, sua cultura. O trabalho era organizado de forma que as atividades possam sustentar essa população.

Dessa forma, essas populações têm uma relação com a natureza totalmente diferente das sociedades modernas e sua organização pressupõe um conhecimento construído na relação direta com os ciclos e fenômenos da natureza, da qual eles são parte.

Mesmo na Europa durante o feudalismo, a reprodução social estava calcada nessa relação não-predatória da natureza e os ritmos da vida social estavam diretamente relacionados aos ritmos da natureza. Essa relação era tão forte que na transição do feudalismo para o capitalismo, uma das maiores dificuldades do novo sistema foi fazer com que os camponeses se adaptassem aos novos ritmos do trabalho industrial e construíssem uma nova concepção de tempo-espço.

Diretamente relacionada à questão da relação sociedade/natureza, está a organização do trabalho, ou seja, como as relações sociais são instituídas de forma que se satisfaçam as necessidades socialmente construídas pelas sociedades. Além da organização das relações de produção, também devemos chamar a atenção para as forças produtivas desenvolvidas pelas sociedades, ou seja, para o corpo técnico socialmente constituído.

Essas sociedades têm como sua base de reprodução material a transformação direta da natureza pelo trabalho. O alimento, vestuário, habitação, ferramentas, utensílios, ornamentos, enfeites, enfim, tudo é transformado em uma relação direta da sociedade ou do grupo com a natureza. A pesca, a coleta, a agricultura e a caça pressupõe um profundo conhecimento das dinâmicas naturais *stricto sensu*. A transformação da natureza em objetos se dá através de uma divisão social do trabalho geralmente por gênero e idade e a partir daí, obedecendo um processo de complexificação da estrutura social. No entanto, o que é crucial, é que a forma de se distribuir o que é produzido é feita de uma forma coletiva, da mesma forma em que o principal meio de produção também é coletivo: a terra, a própria natureza. Não existe um regime de propriedade privada para a terra, rios, florestas ou campos. Esse sistema difere completamente do capitalismo quanto do socialismo real, onde existe a propriedade privada dos meios de produção por um Estado burocrático.

Dessa forma, o trabalho é organizado sob os seguintes princípios: apropriação coletiva dos meios de produção; divisão social e técnica não-alienante do trabalho; distribuição mais ou menos justa da riqueza produzida; transformação direta da primeira natureza em objetos sociais.

No entanto, temos que fazer ressalvas no que se refere ao feudalismo e ao campesinato moderno. Nessas formações sociais, a propriedade dos meios de produção, principalmente a terra é um diferenciador importante. A estrutura do feudo centraliza, sem dúvida, poder político e econômico na figura do senhor

feudal, dono da propriedade fundiária. No entanto, mesmo dentro do feudo existem as terras comunais, que são um espaço em que abre uma relativa margem de manobra para que os camponeses pudessem se reproduzir socialmente tirando seu sustento da sua relação direta com a natureza. Ainda que houvesse a exploração do trabalho (pagamento de tributos em renda e dinheiro) e também a concentração de meios de produção nas mãos dos senhores feudais (fornos, ferramentas, arados), a reprodução social estava calcada em uma dinâmica rural no sentido de que essa reprodução se fazia em uma relação direta, onde os camponeses transformavam a natureza sem mediações externas, ou seja, do seu próprio trabalho direto.

No que se refere ao campesinato moderno (que engloba uma série imensa de modalidades e diferentes formas de exploração), podemos afirmar que este se vê desapropriado dos meios de produção, principalmente a terra, está inserido em uma dinâmica de exploração capitalista e não apresenta maiores possibilidades de reprodução fora do sistema de exploração, ou seja, vendendo sua força de trabalho para o proprietário fundiário, fazendeiro ou empresa. Sua sobrevivência depende da sua relação direta com alguém que o explora. Podemos citar como exemplos seringueiros/seringalistas; cortadores de cana/usineiros; peão/pecuarista, etc.

No entanto, apesar de não poder ser efetivamente livre, o campesinato moderno tem pelo menos como uma possibilidade engendrar uma formação social com as características anteriores. Ou seja, mediante processos de luta, negociação e possibilidades, ele pode conseguir garantir diferentes margens de manobra para construir um projeto de autonomia. Mesmo vivendo dentro de uma relação desigual, esse campesinato ainda vive do trabalho na terra e não podemos nos esquecer que a maioria das suas lutas é para conquistar efetivamente sua autonomia política, econômica e cultural, com o objetivo de instituir sua própria territorialidade, que nesse caso, possui pelo menos alguns dos parâmetros traçados por nós neste texto.

Além dessas considerações acerca do trabalho, da posse da terra e de meios de produção, temos que assinalar que a reprodução social não se reduz simplesmente à produção de bens materiais através do trabalho. Uma série de outras relações tão importantes quanto o trabalho são estabelecidas. Essas relações são políticas, religiosas, estéticas, simbólicas, mágicas, etc. e se constroem na relação com a natureza, principalmente aquelas que dão sentido para a existência do grupo e que estão diretamente associadas à religião e ao simbólico dessas sociedades.

Por último, temos que destacar a territorialidade constituinte dessas sociedades. Territorialidade aqui entendida em um sentido preciso: um espaço apropriado, material e simbolicamente, controlado e que é ao mesmo tempo produto e condição para a reprodução social. A territorialidade expressa como a organização social só se constitui enquanto tal quando ela se faz território. A territorialidade nos mostra como os corpos sociais estão distribuídos e organizados no território de forma que essa sociedade só pode se constituir enquanto tal segundo esta distribuição e organização. Em um movimento concomitante, ao mesmo tempo em que se dá essa distribuição/organização, são criadas uma série de relações sociais que dão consistência a essa territorialidade.

Território e sociedade são uma coisa só e não existe um para depois existir o outro. Ambos são construídos/instituídos ao mesmo tempo.

Podemos dizer que a territorialidade dessas sociedades possui uma clara expressão no espaço, ou seja, podemos determiná-la, ou melhor demarcá-la de uma forma relativamente simples. Os limites de aldeias indígenas, de comunas camponesas, de quilombos, de comunidades pesqueiras, pastores, enfim, de uma série de diferentes formas de organização sócio-espacial são relativamente fáceis de se identificar.

Após essa breve tentativa de tornar o termo rural mais claro, podemos passar agora para o urbano.

Lefebvre (1999) coloca como marco fundamental da urbanização o processo de industrialização europeu a partir do século XVIII. De acordo com o autor, a urbanização foi induzida pela industrialização e posteriormente é a urbanização que torna-se condição para a consolidação e reprodução da própria indústria. Nas palavras do autor, o indutor (a indústria), torna-se induzido.

A partir desse momento, a cidade passa a ser o pólo hegemônico na relação cidade/campo, em função da divisão social e territorial do trabalho desencadeada por esse processo.

A divisão social e territorial do trabalho se deu em diversas escalas: entre países, entre campo e cidade, entre as cidades, dentro da própria cidade e finalmente no interior das fábricas. A divisão social e territorial do trabalho implica em relações de poder entre grupos e classes sociais no que diz respeito à organização do território, na gestão dos recursos naturais, na criação de necessidades que devem ser supridas pela produção de bens, na organização das relações de produção, a distribuição das mercadorias e produtos, na constituição de um novo corpo técnico que permita o aumento da produtividade, enfim, uma imensa gama de transformações vão impactar a Europa e posteriormente arrastar todo o mundo no movimento de desenvolvimento do capitalismo, ou melhor, no modelo urbano-industrial.

A divisão social e territorial do trabalho entre campo e cidade, fruto do processo de industrialização só foi possível mediante uma transformação na base tecnológica agrícola, o que permitiu, ainda que de forma precária, sustentar a crescente população urbana. Essa transformação tecnológica deve ser entendida como um instrumento político, como uma ferramenta do poder e não deve ser entendida como uma mera evolução natural das forças produtivas. Uma vez que essa revolução tecnológica permitiu, ainda que de forma precária, o abastecimento de alimentos das cidades, ela possibilitou o processo de liberação de mão-de-obra do campo através dos violentos processos de expropriação das terras do campesinato. Com a retaguarda alimentar garantida, foi possível engendrar um amplo processo de expulsão de camponeses para as cidades, ao mesmo tempo em que parte da nobreza se aburguesava e a própria burguesia comprava terras para convertê-las em meios de produção para a indústria (cercamento dos campos para a criação de ovelhas, produção de gêneros agrícolas para a indústria de alimentos).

O processo nascente de industrialização surge primeiro no campo, nos feudos e em médias propriedades. É uma indústria caseira, com pouca divisão social e técnica do trabalho, mas que já conta com um mínimo grau de

mecanização (tear). No entanto, a dispersão pelo território era um entrave para a reprodução dessa atividade. Dessa forma, a indústria adentra dentro da antiga cidade comercial, pois nela estão concentrados importantes fatores de produção: capital, mão-de-obra, infra-estrutura administrativa e financeira. São os frutos colhidos do mercantilismo.

Uma parte da indústria é atraída por essas cidades. Podemos perceber claramente, como nos ensina SANTOS (1996), o espaço é um convite à ação, pois foi essa concentração que possibilitou o desenvolvimento da indústria. No entanto, onde essas condições não existiam, elas tiveram que ser criadas. Da mesma forma, Santos nos ensina que o espaço é uma condição para a ação. Nesse sentido, uma parte da indústria vai criar suas próprias cidades. Essas são indústrias pesadas onde o principal fator locacional é a aquisição de matérias-primas. Os melhores exemplos são as indústrias de ferro e carvão, que darão origem a várias cidades importantes da Europa.

Esse amplo e complexo processo, que está em contínua construção, implica em algumas características que podem ser observadas ao longo da história. O que nos interessa diretamente é fazer ressaltar esses aspectos do modelo urbano-industrial e de que forma essa construção sócio-espacial nos permite analisar a dinâmica dos conflitos e movimentos sociais.

Gostaríamos de ressaltar o caráter aglutinador do urbano. O urbano, entendido como um produto sócio-espacial, possui uma força aglutinadora, como podemos observar em relação ao processo de industrialização e urbanização. O urbano aglutina pessoas, capital, instituições financeiras, indústrias, comércio, meios de produção, casas, portos, museus, centros administrativos, órgãos do Estado, empresas, sindicatos, etc. O urbano concentra as instituições políticas, econômicas e culturais que se colocam como hegemônicas na sua relação com outros grupos/classes sociais (trabalhadores, camponeses, oligarquias rurais, pobres urbanos, etc.); é o lugar dos centros de decisões, de onde parte o controle da produção, as decisões políticas, de produção de subjetividade (produção de desejos, necessidades e símbolos hegemônicos), produção de modas e culturas de massa. Ao mesmo tempo o urbano é o lugar do encontro entre as pessoas, encontro das diferenças, das festas, das culturas populares, das práticas de resistência ao poder hegemônico que se dá nos corpos, no tempo e no espaço. Enfim, o espaço urbano é uma multiplicidade de sujeitos, instituições e práticas que se relacionam, entram em tensão, em conflito e também produzem novas práticas e relações entre as pessoas.

A partir dessa característica podemos desenvolver uma série de reflexões acerca do urbano que nos permitem pensar os conflitos urbanos. Nesse sentido, pensar o urbano como uma multiplicidade de elementos heterogêneos que entram em relação uns com os outros é fundamental. Esse encontro permite pensar as diversas espacialidades e territorialidades que constituem o urbano. Pensar o urbano dessa forma implica em considerar a sua materialidade, os discursos, imagens, significados e representações que são atribuídas a ele. É pensar sempre a forma e o conteúdo.

Vamos buscar relacionar as características do urbano com os conflitos que se desenvolvem neste contexto sócio-espacial. Nesse sentido, vamos construir nosso argumento sob dois elementos: o trabalho e a segregação sócio-espacial.

Quando elencamos o trabalho como um elemento importante para a análise do urbano não devemos ver nisso um reducionismo ou economicismo da análise, tão pouco reduzir a dinâmica social (principalmente os conflitos e movimentos sociais) ao processo de reprodução do capital. Marx nos ensina que a organização do trabalho é uma forma de apreender a dinâmica das relações sociais e que o capital é uma relação social e não uma relação econômica. Isso significa dizer que propor uma análise do urbano através do trabalho não é reduzi-la a uma análise econômica, mas implica em reconhecer e esmiuçar as relações de poder, o papel da técnica, os discursos legitimadores das práticas, as instituições estatais e privadas, as formas de regulação e controle dos corpos e do território, a gestão, apropriação e predação da natureza, enfim, uma série de elementos que não são redutíveis à análise econômica.

Assim como a organização do trabalho e a reprodução do capital (dos seus conflitos e contradições) não pode ser redutível à economia, a própria constituição dos protagonistas não pode ser reduzida a esta lógica, como veremos mais adiante quando discutirmos o protagonismo social.

Uma característica que funda o urbano, ou melhor, o modelo urbano-industrial é a concentração dos meios de produção por uma pequena classe da população. Isso significa dizer, que a população urbana, na sua maioria, tem que vender sua força de trabalho para sobreviver, seja como operário, trabalhador do comércio, trabalhador informal, profissional liberal, funcionário público, assalariados do setor privado, etc. A sua reprodução depende dessa relação de troca (valor de troca) para que a pessoa possa suprir suas necessidades (socialmente construídas). No urbano, a princípio, não há a possibilidade de uma pessoa viver do seu trabalho direto, como ocorre com o rural¹². No urbano, temos a generalização do valor de troca em detrimento do valor de uso em todas as dimensões da vida humana: lazer, cultura, alimentação, saúde, educação, habitação, a própria natureza. Tudo é reduzido a um único referencial/mediador: o dinheiro.

As relações de produção que se estabelecem no urbano são mediadas por uma série de instituições e regulações distintas da maioria das formações sociais rurais, além de existir uma outra dinâmica de tempo e espaço na própria produção, na concepção de natureza, na criação de necessidades sociais e na forma de distribuição da riqueza produzida. No urbano as relações se dão de forma conflituosa entre capital e trabalho, onde as empresas, firmas, bancos e o Estado são os sujeitos detentores dos bens de produção e através da regulação de leis e normas e dos incrementos tecnológicos buscam maximizar a produtividade e diminuir os custos com a produção e o funcionamento de bens e serviços. Do outro lado, temos os trabalhadores que se mobilizam de diversas formas para se contrapor aos mecanismos de expropriação e exploração (essas mobilizações podem ter caráter corporativista, revolucionário ou reformista) . Essas formas de mobilização, no decorrer do processo histórico, garantiram uma série de conquistas e direitos para os trabalhadores, o que mostra como os conflitos são produtores de práticas sociais.

Dessa forma, a questão do trabalho pode ser analisada através deste viés espacial, ou seja, de como o urbano condiciona uma determinada forma de organização do trabalho calcada na dissociação entre trabalhadores e meios de

produção, ao mesmo tempo em que engendra outras formas de experiência do espaço-tempo (HARVEY, 1992), implica em uma outra forma de relação com a natureza e com a técnica além de criar uma série de instituições e mediadores entre o trabalhador e o processo de organização do trabalho. Isso nos permite fazer uma análise dos conflitos do trabalho por essa leitura do urbano. Se essa forma-conteúdo implica nessa dissociação e na impossibilidade de se reproduzir de forma autônoma, podemos dizer que os conflitos que envolvam operários, autônomos, profissionais liberais, informais, assalariados públicos e privados podem ser considerados urbanos pois mobilizam, evocam uma dada espacialidade que promove esse processo de organização do trabalho.

O segundo elemento fundamental para a construção de um conceito de urbano que permita a análise dos conflitos sociais é a reflexão acerca da segregação sócio-espacial, que pode ser caracterizada como uma desigualdade estrutural da apropriação residencial, estética, econômica e política do espaço urbano, na distribuição dos equipamentos coletivos, nas práticas discursivas que legitimam uma série de práticas discriminatórias, racistas, autoritárias e violentas em relação à população mais pobre.

Engels, no livro *Situação da classe trabalhadora na Inglaterra* vai inaugurar uma reflexão crítica acerca da dinâmica urbana no que diz respeito ao processo de segregação sócio-espacial capitalista e mostrar como uma sociedade de classe constrói, ao mesmo tempo, um espaço marcado por essas diferenças. Uma sociedade de classes estruturada em um sistema de exploração e de concentração de riqueza e socialização da miséria e da pobreza organiza um espaço desigualmente apropriado. Nesta obra estão todos os elementos que ressaltamos: a segregação residencial, o discurso das classes perigosas, a violência do Estado, a concentração dos recursos públicos em áreas ricas ou de classe média. Nesse sentido, temos uma significativa produção¹³ que vai pensar a segregação sócio-espacial como um componente estrutural da dinâmica das relações sociais que constituem a sociedade capitalista e em outra perspectiva, a sociedade socialista, uma vez que ambas têm como modelos de desenvolvimento a matriz urbano-industrial.

A segregação sócio-espacial, sem dúvida, é um processo inerente às formações sociais modernas capitalistas. No entanto, as causas desse processo não podem ser redutíveis apenas às relações econômicas. Insistimos no argumento de que o capital é uma relação social e não uma relação econômica. No entanto, não podemos cair no extremo (e no erro crasso) de desconsiderar as relações econômicas. Isso significa dizer que o processo de segregação sócio-espacial comporta múltiplas determinações, é a conjugação de uma série de elementos políticos, culturais, econômicos, simbólicos e estéticos que vão organizar o espaço urbano. Podemos pensar que esses elementos se conectam uns aos outros para dar forma (concreta e simbólica) à segregação sócio-espacial. Afinal, não basta que exista apenas uma desigualdade nas relações de produção (baixos salários, o que impossibilita o consumo de bens e serviços essenciais) para que a segregação exista. É necessário um discurso que legitime essa desigualdade; é necessário uma prática de controle e vigilância sob essa população para que ela continue explorada e oprimida; é necessário que os meios institucionais e as relações políticas com as instituições públicas sejam corruptas,

débeis e atravessadas por uma série de práticas clientelistas e populistas; é necessário atribuir valor, sentido ao espaço para apropriá-lo, tanto simbolicamente quanto concretamente, afinal, o que explica a alta valorização do lugares próximo às praias, por exemplo? São lugares dotados de um valor simbólico que torna-se valor material.

Podemos perceber que a segregação envolve processos de exploração direta do trabalho, o que significa salários baixos, condições materiais de existência precárias (falta de acesso a bens e serviços básicos) e uma série de relações e práticas políticas, discursivas que constituem esse complexo processo. envolve a questão de qualidade de vida da população, como no caso dos transportes, engarrafamentos, água potável, condições sócio-ambientais (os chamados problemas ambientais urbano, como enchentes, desmoronamentos de encosta, desmatamento de morros, aterros sanitários)

Dentro desta questão, podemos destacar uma série de lutas urbanas que têm a sua gênese nesse processo de segregação sócio-espacial em toda a sua complexidade, desde pela luta dos equipamentos básicos de consumo coletivo (saneamento, saúde, educação, habitação, iluminação, transporte, moradia); envolve a questão de qualidade de vida da população, como no caso dos transportes, engarrafamentos, água potável, condições sócio-ambientais (os chamados problemas ambientais urbano, como enchentes, desmoronamentos de encosta, desmatamento de morros, aterros sanitários); a luta por uma reforma urbana ampla que considere o protagonismo social (participação da população na gestão dos recursos públicos, em projetos de desenvolvimento e gestão urbana, em orçamentos participativos); no debate da segurança pública; na produção cultural (práticas como a capoeira, samba, hip hop, etc.); no aumento da margem de manobra da sociedade civil na participação da administração pública; a construção de discursos e práticas que combatam os discursos hegemônicos das classes perigosas, do caos urbano e da segurança da propriedade privada pelo seu viés mais autoritário e violento, entre outros.

A idéia que estamos desenvolvendo é de que os conflitos e movimentos sociais possuem um geograficidade, ou seja, estão inscritos na terra, possuem uma espacialidade ou uma territorialidade. A natureza sociogeográfica de um conflito diz respeito à inscrição geográfica desse conflito. Em outras palavras, que espacialidade ou territorialidade move, comanda, orienta o conflito? De que forma essa espacialidade ou territorialidade é portadora de um sentido político, econômico, cultural, estético, simbólico mesmo tempo em que permite uma análise teórica para se compreender o conflito. Essa é nossa questão.

Nesse sentido, buscamos desenvolver os conceitos de rural e urbano, destacando suas características geográficas para que essas características nos permitam identificar a geograficidade dos conflitos e dessa forma apreender sua natureza sociogeográfica. Vamos exemplificar com alguns casos.

- Uma manifestação de moradores que reivindicam melhores equipamentos coletivos em seu bairro como iluminação e calçamento, por exemplo, é um exemplo clássico de um conflito social urbano, pois implica na distribuição dos equipamentos de consumo coletivo no espaço urbano. Essa distribuição desigual é fruto de relações assimétricas de poder, logo, estão situadas no plano da disputa política.

- Uma manifestação de camelôs ou o conflito entre esses trabalhadores e a polícia também possui uma natureza sociogeográfica urbana, pois é uma dinâmica relacionada à formação de dois circuitos da economia urbana¹⁴ (SANTOS, 1979), o que implica em um conflito pelo uso do espaço urbano.
- Uma greve de operários puxada pelo sindicato reivindicando melhores condições de trabalho e melhorias salariais. Essa é uma típica luta urbana, pois como vimos, é a industrialização, o surgimento do proletariado que é um dos elementos fundadores do urbano.
- Manifestações de funcionários públicos que reivindicam salários, condições de trabalho. Também pode ser entendido como urbano se analisarmos este conflito pelo viés do trabalho, onde no urbano, esses trabalhadores dependem da venda da sua força de trabalho para sobreviver. No caso, aquele que vai lhes extrair a mais valia é o próprio Estado.
- Ocupações de terras por camponeses ou indígenas são claramente mobilizadores de uma territorialidade rural, pois a luta é pelo controle de um território, que nesse sentido é a experiência total do espaço, onde a posse desse território é fundamental para a reprodução dos grupos sociais na sua totalidade (econômica, política, cultural e simbolicamente).
- Manifestações de pescadores, indígenas ou camponeses, por exemplo no centro de uma metrópole são considerados rurais, uma vez que a essência da luta/conflito é a delimitação de um território ou um espaço para a reprodução de práticas sociais rurais.

As escalas

Nesta terceira parte vamos introduzir mais um elementos para tornar mais complexa e sólida nossa proposta teórica acerca da natureza sociogeográfica de um conflito, que são as escalas.

Os conflitos podem ter pelo menos quatro tipos de natureza sociogeográfica. No entanto, temos que identificar a escala desse conflito, ou seja, a escala da sua abrangência, do seu poder de mobilização, de visibilidade e legitimidade. A escala não se refere apenas à área de ocorrência do conflito, mas indica também sua importância política, econômica e cultural. Vamos tentar desenvolver essa noção de escala.

Podemos pensar a escala como a área de ocorrência de um fenômeno (SANTOS, 1996). Nesse sentido, a escala é dada pelas qualidades do fenômeno ou processo que se desenvolve em determinada área de abrangência. Essa definição nos trás implicações metodológicas importantes. A primeira é que cada fenômeno possuiu uma determinada escala de análise, ou seja, ele só é passível de ser conhecido e estudado se for enquadrado na escala adequada, do contrário se corre o risco de perdê-lo no meio de outras informações, ou então de supervalorizá-lo. A segunda é que não podemos confundir essa escala com a escala cartográfica, uma vez que são indiretamente proporcionais. Quanto maior é a escala cartográfica, menor é a área de ocorrência de um fenômeno no espaço real.

Essas considerações são importantes, no entanto, ainda são insuficientes para apreender analiticamente a escala dos conflitos sociais. Evidente que todo conflito ocorre em algum lugar, em algum ponto no espaço e dificilmente este conflito, concretamente, fisicamente, se desenrola em uma escala maior do que a local. Uma ocupação de terra, uma greve, um corte de estrada, um ato público, uma passeata, enfim, as manifestações concretas dos conflitos raramente se dão em escalas maiores do que uma cidade média ou uma metrópole. Não é dessa escala que estamos falando.

Queremos desenvolver um conceito político de escala. Esse conceito político de escala refere-se ao grau de intensidade política, econômica, cultural agenciada pelo conflito. Essa escala política se refere à capacidade de articulação e organização dos protagonistas sociais e sua inserção no debate político público, aberto com a sociedade. Essa escala política corresponde à relevância social do conflito e revela diferenciados graus de conflitividade e contradições sociais. Vamos exemplificar para tornar mais claro.

- No ano de 2001 ocorreram uma série de protestos em Porto Rico em função dos exercícios militares realizados na base americana de Vieques. Esses protestos foram passeatas, atos públicos e invasões dos terrenos militares. A escala de ocorrência do conflito é local (passeatas e atos públicos no centro da capital e invasões pontuais nos terrenos). No entanto, a escala política do conflito é sem dúvida nacional, pois mobiliza uma série de protagonistas diferentes e coloca a importância fundamental de se discutir e lutar pela soberania porto-riquenha. Seria um conflito heterotópico de escala nacional
- Um grupo de moradores da favela do Cantagalo, em Ipanema faz uma manifestação em frente a Câmara dos Vereadores exigindo obras de saneamento. É um conflito de escala local, pois mobiliza protagonistas que têm uma escala de atuação reduzida, com poucas possibilidades de se articular politicamente e fazer valer suas reivindicações.
- A Marcha pela Terra no Brasil mobiliza milhares (talvez alguns milhões) de pessoas e demonstra uma imensa capacidade de articulação política dos protagonistas que conseguem se colocar no debate político. É um conflito rural de escala nacional.
- Uma greve de operários no Vale do Paraíba Fluminense constitui um conflito de escala regional, tendo em vista o impacto que esta greve causa na região. No entanto, os trabalhadores e seus sindicatos não são capazes que fazer com que esta escala política aumente em função do seu enfraquecimento político diante as políticas neoliberais que enfraqueceram consideravelmente o poder dos sindicatos.

A escala política é a escala de importância, de mobilização. Ela é o grau de intensidade com o qual o conflito atinge a sociedade. Essa intensidade depende diretamente da força política dos protagonistas, da sua capacidade de articulação política, sua força econômica, das questões que os movimentos sociais colocam para a sociedade e como a sociedade responde essas questões.

Um dos principais componentes para se entender a escala política é a capacidade de articulação dos movimentos e seu grau de organização. Por

exemplo, um determinado movimento pode estar bem articulado em uma escala local, ou através de uma rede se conectar e se articular com outros movimentos locais. Vamos pensar em um movimento que luta por uma reforma urbana mais ampla, que reivindica a participação da população na gestão dos recursos públicos, por exemplo. Esse movimento pode criar uma rede em várias cidades dentro de um estado, no entanto, isso não garante que ele conseguirá se colocar em uma escala de poder mais ampla, como a estadual. O fato de existir uma rede dentro de um estado, não garante a essa rede o acesso a uma escala estadual, pois apesar da articulação, não houve força política do movimento em alcançar outras escalas de poder e a partir daí construir uma agenda de discussão.

A capacidade de articulação e organização são cruciais para definir a escala política do conflito. Os seringueiros são um exemplo de como um movimento social que se manifesta localmente e regionalmente conseguiu alcançar uma escala política mundial através das suas articulações políticas e com a mídia. Exemplo semelhante é dos Zapatistas, que se lançaram em redes comunicacionais e com isso conseguiram uma visibilidade que lhes permitiu uma série de articulações políticas que viabilizam sua luta.

O que te move? Protagonismo e conflitos sociais na América Latina

Protagonista significa “principal personagem de uma peça dramática; pessoa que, em qualquer acontecimento ou qualquer obra literária, desempenha ou ocupa o primeiro lugar” (SILVA, 1969). Protagonista é aquele que busca se colocar como principal sujeito de uma ação, aquele que se coloca em movimento. O protagonismo social é a ação de um grupo, classe ou segmento da sociedade que se coloca como principal sujeito na dinâmica social, é a forma de se colocar e se afirmar como produtores da história e do devir social. O protagonismo social significa que as pessoas tomam para si próprias o controle de suas vidas, constroem estratégias de ação coletiva para se colocarem como sujeitos políticos efetivos, amenizando e buscando superar os limites da democracia representativa e, principalmente, colocando-se como portadores de novos direitos políticos, culturais, econômicos, estéticos, sexuais, etc.

O protagonismo social implica em um complexo processo de construção social de uma identidade coletiva, de um imaginário social, uma subjetividade, formas de organização, manifestação, possibilidades concretas de organização, margem política e econômica de manobra e por fim, o interesse em superar determinada condição social.

Esse complexo processo de construção dos protagonistas sociais nos leva a recusar completamente qualquer análise reducionista que pretende explicar os movimentos sociais somente pela análise das condições objetivas de existência (que podemos chamar das condições concretas pelas quais as pessoas são exploradas pelo capital), assim como as análises subjetivistas que preconizam compreender a dinâmica dos protagonistas sociais valendo-se apenas dos aspectos simbólicos, subjetivos e identitários, como se estes não possuíssem nenhuma relação com o mundo concreto.

SADER (1988), faz uma brilhante crítica às duas formas de se pensar e explicar os movimentos sociais. O autor chama a atenção para o perigo político e analítico de se pretender explicar o protagonismo social por determinações estruturais políticas e econômicas à revelia das experiências concretas das pessoas. O esquema teórico construído buscava explicar os movimentos sociais como uma “resposta” às contradições da sociedade capitalista, são movidos pelas próprias estruturas político-econômicas à revelia de qualquer tipo de mediação cultural e simbólica entre sujeitos e estruturas. Em outras palavras, cada movimento social pode ser entendido como uma expressão das contradições geradas pelo capitalismo em determinadas condições particulares. Os movimentos sociais urbanos, por exemplo, são entendidos como uma resposta às carências e desigualdades estruturais do capitalismo responsáveis pela segregação sócio-espacial, concentração de equipamentos coletivos em áreas ricas e de classe média, etc. As lutas urbanas podem ser reduzidas, dessa forma, como lutas de diversos setores da classe trabalhadora para melhorar suas condições de reprodução, ou seja, os movimentos sociais são uma forma de defesa das condições de reprodução da força de trabalho dentro da estrutura de reprodução do capital.

Dentro deste esquema teórico, são as condições objetivas gerais, estruturais, que são, em última análise, os elementos que engendram o processo de luta. Esse procedimento não nos permite apreender o que existe de singular em cada movimento social, ou seja, dentro de um esquema teórico onde as estruturas são definidoras a priori das ações dos protagonistas (processos de luta contra a reprodução do capital, em linhas gerais, podendo ser revolucionários, reformistas ou reivindicativos) não há espaço para a análise das construções imaginárias, culturais e simbólicas de cada coletividade, o que impossibilita e identificação do que existe de singular em cada tipo de protagonista social, do que o torna especial.

”Na verdade é sempre possível relacionar os processos sociais a características ‘estruturais’, só que esse procedimento não adiciona uma vírgula à compreensão do fenômenos. Apenas dá a aparência de segurança teórica, ao situar um caso particular num esquema interpretativo consagrado” (SADER, 1988:38)

A crítica sobre o caráter reducionista da análise do protagonismo social à luz essencialmente das condições objetivas de existência também pode ser feita ao conjunto teórico que as elimina da análise e preconiza exclusivamente os aspectos subjetivos, simbólicos e culturais dos protagonistas como se essas não tivessem relação alguma com o mundo concreto, ou em outras palavras, com as condições objetivas de existência.

Esse procedimento também opera por reducionismo, uma vez que toda a multiplicidade e diversidade dos processos sociais fiquem circunscritos aos aspectos simbólicos, subjetivos, culturais. A construção da identidade, dos aspectos simbólicos são analisados quase que de forma independente das condições objetivas, como se eles, por si só pudessem elucidar o processo de construção do protagonismo social.

O pano de fundo da questão é a relação entre sujeito e estrutura social. Como se dá a mediação entre ambos, até que ponto existe uma independência ou determinação de um sobre o outro. Assim como outros autores (SADER, 1988; CASTORIADIS, 1982; GUATTARI e NEGRI, 1986) o que sugerimos é a necessidade de se superar a falsa dicotomia existente entre sujeito e estrutura, entre condições objetivas e subjetividade. A construção do mundo social se dá nessa relação indissociável entre o concreto e o simbólico. Nesse sentido,

“se considerarmos que a ‘realidade objetiva’ não é exterior aos homens, mas está impregnada dos significados das ações sociais que a constituíram enquanto realidade social, temos que considerar os homens não como soberanos indeterminados, mas como produtos sociais” (SADER, 1988:45).

Superar esta dicotomia implica em reconhecer que a construção do mundo social é sempre um processo inacabado, de eterno devir, onde o seu motor é a relação das estruturas nas quais os homens e mulheres estão inseridos e as experiências concretas e simbólicas desses homens e mulheres. As estruturas, por sua vez, são construções sociais fruto das relações concretas e simbólicas instituídas entre os seres humanos. Podemos dizer que existe uma espiral dialética entre estruturas e sujeitos e que torna a questão da busca por uma origem secundária, até mesmo irrelevante.

Nesta perspectiva, a construção do protagonismo social passa pela mediação/relação entre as estruturas sociais e os próprios sujeitos. As estruturas sociais, ou se preferirmos, as condições objetivas/realidade objetiva, são as condições concretas, reais em que se encontram os protagonistas, ou seja, suas condições econômicas, nível de renda, escolaridade, acesso aos bens e serviços públicos, grau e intensidade de participação política, existência de margem de manobra e canais institucionais para a participação, organização do território, estrutura agrária e urbana, níveis de emprego, relações de produção, etc. Evidentemente que é uma irresponsabilidade abrir mão desses elementos na análise do protagonismo social, uma vez que eles nos informam das condições de existência políticas, econômicas e permitem traçar os mecanismos gerais de reprodução de uma sociedade.

Estamos em condição de afirmar, recorrendo a THOMPSON (apud SADER, 1988: 44) que

“as classes acontecem à medida que os homens e as mulheres *vivem* suas relações de produção e *experimentam* suas situações determinantes, dentro do ‘conjunto das relações sociais’ com uma cultura e expectativas herdadas, e ao modelar essas experiências com formas culturais”.

Ainda que as pessoas encontrem-se em uma sociedade já estruturada, a construção do protagonismo social depende diretamente da experiência/vivência da “realidade objetiva”. Esse processo de experimentação implica em reconhecer e analisar as significações culturais, as atribuições de significado, que são dadas à “realidade objetiva”. Por isso eleger apenas as condições objetivas ou as construções culturais e simbólicas para explicar e analisar o protagonismo social é

mutilar a dinâmica social, é empobrecê-la e reduzi-la a uma das inúmeras partes que a constituem.

A complexidade deste processo nos leva a buscar identificar e analisar quais as formas de mediação que se estabelecem entre os protagonistas sociais e a estrutura social. É nesse movimento dinâmico e inconcluso das sociedades humanas que podemos apreender a riqueza e as potencialidades do protagonismo social, pois nesta perspectiva, ele não é apenas uma resposta mecânica às estruturas e nem uma construção imaginária no sentido de não possuir nenhuma relação com as condições objetivas de existência. Afinal, não basta que a miséria exista (uma condição objetiva) para que se engendre um processo de luta, é necessário que exista algo mais do que isso para que exista a construção de um protagonismo social; ao mesmo tempo, não podemos imaginar que a construção de uma identidade coletiva seja um produto apenas do universo simbólico de um grupo que não possua nenhuma relação com sua condição objetiva de existência, como por exemplo movimentos de moradores de favelas, camponeses, operários, etc.

A construção de um protagonismo social implica na construção de uma identidade coletiva. Por identidade coletiva entendemos um conjunto de elementos que são compartilhados e dão consistência interna a um grupo ou classe social, permitindo que se crie um vínculo orgânico entre seus membros que na condição de um sujeito social coletivo vai defender seus interesses e expressar suas vontades.

A constituição desse sujeito social coletivo, ou desses protagonistas sociais implica em um processo de construção de valores - como *justiça, direito, igualdade, felicidade*, etc. -, de significados e importâncias - qual o significado do trabalho, da natureza, da sociedade, da terra, etc.-, em suma, a construção de um protagonismo social é a construção de referenciais políticos, éticos, estéticos, culturais que vão dotar de *significado* a “realidade objetiva”. Aqui fica explícita a relação entre as estruturas e os sujeitos e como fica mutilada a análise que despreza um dos elementos.

Construir significados sociais para a “realidade objetiva” implica em viver e experimentar essa realidade. Nesse sentido, o protagonismo social, o sujeito social coletivo é uma construção social que se dá no próprio devir da sociedade.

A experiência da realidade concreta, das condições objetivas é o primeiro passo para a constituição do protagonismo social. Essa experiência pode suscitar ou não a construção do protagonismo (lembramos novamente, que a experiência da miséria não engendra, por si só processos de luta ou reivindicação), no entanto, ela é a possibilidade social que esse processo se consolide (não é possível a luta contra a miséria se essa não existisse). Nesse sentido, a realidade objetiva é uma condição e não uma determinação social para que o protagonismo social exista, é uma possibilidade.

Voltamos ao título desta seção. O que te move? Ou seja, o que faz com que as pessoas se juntem, organizem-se, construam identidades coletivas e estratégias de luta? Como tentamos mostrar até aqui, é necessário que existam, efetivamente, condições objetivas de miséria, desigualdade, tirania, violência, arbitrariedades, etc., para que as pessoas tenham contra o quê e quem lutar, se indignar e se rebelar. No entanto, isto não basta. Não basta a existência de

miséria, pobreza, concentração de terras, racismo, violência policial, genocídio, destruição de culturas indígenas, exploração de trabalhadores para que existam movimentos sociais, protagonismo social. É necessário que exista primeiro o interesse dessas pessoas em mudar tais condições. A partir daí inicia-se todo o processo de construção do sujeito social coletivo de acordo com a dinâmica que assinalamos acima.

Esse sujeito coletivo constituído nas e pelas lutas no decorrer do processo de construção social não é nenhum sujeito histórico privilegiado, como é o caso do proletariado dentro da tradição marxista (LUCKACS e MARX), que está no centro dos acontecimentos em função da sua posição dentro da estrutura social. Trata-se de uma multiplicidade de sujeitos coletivos, de protagonistas sociais que possuem possibilidades e potencialidades distintas, que não encarnam nenhuma função ou privilégio histórico dado *a priori*.

Complementando e complexificando nossa argumentação, não poderíamos nos furtar a ressaltar a geograficidade dos protagonismos sociais, dado que a geograficidade (lugares e territórios) são constitutivos desses sujeitos sociais coletivos. O processo de construção dos protagonistas é indissociável do lugar de onde falam, de onde vivem.

Toda essa dinâmica de constituição dos sujeitos coletivos – a relação e mediação das estruturas e dos sujeitos, a experiência das condições objetivas, a construção de valores, significados, cultura – se dá em uma relação indissociável com o lugar (socialmente constituído) de onde os protagonistas emergem. A constituição de sujeitos sociais se dá a partir de determinados lugares sociais instituídos pela dinâmica social e desses lugares emergem dinâmicas próprias, discursos e práticas singulares, modos de agir e se organizar específicos, objetivos particulares. Assim como apenas a análise da estrutura social ou do sujeito em si, alienado das estruturas sociais, não nos permitem apreender a singularidade de cada protagonista, uma análise dos protagonistas que não considere o lugar social que os constituem e que são constituídos por eles, torna-se insuficiente.

A constituição de qualquer sociedade humana é um processo de constituição *sócio-espacial*, onde espaço e sociedade são termos indissociáveis e compõem o mesmo movimento, daí afirmamos que não existe primeiro a sociedade e depois o espaço ou vice-versa, mas ambos se constituem ao mesmo tempo, no mesmo movimento que SOJA (1993) vai chamar de dialética sócio-espacial.

Esse processo de constituição sócio-espacial é a organização da sociedade e seu espaço, distribuindo atividades, conformando lugares, criando leis, normas, regimes de propriedade, organização do trabalho, distribuição da riqueza produzida, instituição de uma língua, códigos, cultura, valores, etc. Enfim, é instituída uma determinada *ordem sócio-espacial* que vai conformar os lugares sociais ocupados/construídos/construtores dos grupos e classes sociais. É contra a ordem sócio-espacial hegemônica que os protagonistas sociais se colocam em movimento. GONÇALVES (1999) discutindo a geograficidade dos movimentos sociais (protagonistas), afirma que

“a expressão movimento social ganha, assim, para nossa compreensão das identidades coletivas um sentido geográfico muito preciso: é que o vemos

como aquele processo através do qual um determinado segmento social recusa o lugar que , numa determinada circunstância espaço-temporal, outros segmentos sociais melhor situados no espaço social pelos capitais (Bourdieu) que já dispõem tentam lhe impor e, rompendo a inércia relativa em que se encontravam, se mobilizam movimentando-se em busca da afirmação das qualidades que acreditam justificarem sua existência” (p. 69).

Essa idéia se sustenta na medida em que afirmamos que cada sociedade humana constrói/institui o seu espaço, logo, existe uma ordem sócio-espacial que é estabelecida pelos grupos sociais hegemônicos em uma sociedade. Esses grupos hegemônicos ao instituírem a sua ordem, vão tentar impor a outros grupos sociais essa sua ordem. Os movimentos sociais trazem outras ordens possíveis, logo são a expressão de possíveis novas ordens sócio-espaciais.

Os movimentos sociais indicam, rigorosamente, mudança (movimento) de lugar (social), sempre recusando o lugar social que lhes são impostos por uma ordem sócio-espacial hegemônica (GONÇALVES, op. cit.).

Podemos afirmar, a grosso modo, que a ordem sócio-espacial instituída na América Latina é composta por duas grandes estruturas sócio-espaciais que vão expressar, com suas singularidades, as desigualdades, contradições e conflitos estruturais do continente, que são o rural e o urbano. O rural marcado pela estrutura latifundiária e pelo avanço do capitalismo através dos complexos agro-industriais e mais recentemente de agrobussines. No urbano temos a conformação de gigantescas periferias sociais constituídas por favelas, conjuntos habitacionais, bairros pobres que aglutinam a maioria da população pobre e miserável do continente.

São nesses dois grandes espaços que vão se dar o processo de construção dos protagonistas sociais na América Latina. No rural vão emergir uma imensa gama de movimentos sociais de indígenas, camponeses (na sua imensa diversidade), afro-descendentes (geralmente de quilombolas), que vão engendrar processos de luta reivindicando não apenas a posse e a demarcação de suas terras, mas sim seus territórios, ou seja, o espaço apropriado como um espaço de experiência total, ou seja, cultural, política, econômica, estética. Isso significa dizer que esses protagonistas lutam pelo reconhecimento e pela invenção de novos direitos que lhes permita viver de acordo com sua própria cultura, valores e normas, vale dizer, de forma autônoma. Nesse sentido, a luta pelo espaço (para os protagonistas, território), pelo direito de organizá-lo se faz imprescindível. Evidentemente, esse processo de luta tem seus antagonistas, que dentro desta dinâmica são aqueles setores das sociedades nacionais da América Latina que vivem da estrutura moderno-colonial montada. Os antagonistas desta luta são as forças políticas e econômicas que se sustentam no latifúndio, no agrobussines e na indústria de gêneros agrícolas. A conquista de direitos por parte das populações camponesas, indígenas e de afro-descendentes passa pelo confronto político (e literal) contra essas forças. Não é por acaso que esses movimentos figuram como o terceiro mais atuante (em quantidade) na América Latina.

No caso do urbano, existe uma gama extremamente variada de protagonistas, que surgem de lugares diversos, falam de lugares diferentes, mas que são conformados pela complexa relação entre as estruturas sociais e as mediações subjetivas e culturais dos próprios sujeitos.

Nesse sentido, a construção de protagonistas sociais urbanos passa pelas diferentes experiências e vivências dos protagonistas com a cidade, com a dinâmica urbana, o que implica dizer que não podemos afirmar que apenas as condições de desigualdade e pobreza urbana são suficientes para compreender a emergência de protagonistas urbanos. O lugar de onde se vive, se trabalha é conformador de discursos e práticas sociais.

A diversidade de lugares no urbano propicia inúmeros discursos e práticas que podem ser vivenciadas pela mesma pessoa. Um operário de uma fábrica que mora em uma periferia pode ser tanto um protagonista do movimento sindical quanto membro ativo de uma associação de moradores atuantes, por exemplo. Ao mesmo tempo, podemos ter um morador desta mesma periferia que não se engaja em nenhuma dessas organizações, mas trabalha como camelô e tem que criar condições para poder ocupar um espaço na cidade para poder trabalhar e sobreviver.

As formas de organização

As formas de organização são construções dos diferentes protagonistas sociais, logo, são variadas e possuem particularidades. Analisando os conflitos sociais na América latina no ano de 2001, podemos estabelecer uma relação entre os protagonistas e as formas de organização, identificando as correspondências entre ambos. Essa correspondência só pôde ser realizada após construirmos uma tabela de classificação das diferentes formas de organização e sistematizá-las.

Na construção da tabela de identificação, buscamos refinar e esmiuçar as diferentes organizações para que a análise possa ser a mais rica e complexa possível. Além disso, o refinamento da tabela de identificação busca garantir a particularidade da organização de cada protagonista, ou seja, de preservar, na medida do possível, suas qualidades e sua identidade. No entanto, temos um limite estrutural da atividade de pesquisa que é de fazer certas generalizações. Nesse sentido, realizamos agrupamentos de movimentos sociais semelhantes (mas não iguais) sob a mesma forma de organização. Estamos cientes dos riscos de generalização que estamos correndo, no entanto, esta medida é necessária para garantir um mínimo de sistematização que permita uma análise qualificada.

A análise nos levou a criar determinadas classes e simplesmente identificar outras que estavam bem explícitas nos conflitos, como é o caso dos sindicatos. O que queremos salientar é que esta classificação buscou se aproximar ao máximo das práticas e dos discursos dos próprios protagonistas.

Na montagem dessa base de classificação das formas de organização, podemos observar que a maioria das formas de organização que identificamos poderiam ser classificadas como organizações da sociedade civil, pois são organizações criadas e operacionalizadas por grupos e classes independentes do aparelho estatal, ou seja, fazem parte da sociedade civil. Essas organizações são os sindicatos, as ONGs, associações de moradores, a Igreja, ação direta, guerrilhas, movimento indígena, movimento camponês, multisetorial e formas de organização não especificadas. No entanto, na tentativa de enriquecer e aprofundar a análise dos conflitos e movimentos sociais, buscamos qualificar e identificar as organizações a partir dos próprios protagonistas. No caso dos

sindicatos, das associações de moradores, ONGs e da Igreja, foi mais uma questão de identificação do que de criação de uma classificação. Essas organizações agregam protagonistas diferentes, mas ainda assim possuem características em comum. No caso dos movimentos indígenas e camponeses, guerrilha, multisetorial e ação direta tivemos que criar essas categorias com certa autonomia em relação aos próprios protagonistas, mas sempre buscando nos apoiar na prática concreta.

Além dessas, uma das classificações que criamos foi justamente o de associação da sociedade civil. Estamos cientes da historicidade do conceito (discutido por Hegel, Marx, Gramsci, Bobbio, Portelli) e não pretendemos aqui negligenciá-lo ou simplificá-lo. A opção por utilizar este conceito para especificar determinadas organizações foi justamente para evitar uma generalização grosseira e colocar sob um mesmo conceito formas de organização distintas. Colocar sob a mesma classe organizações como o EZLN e a Ordem dos Advogados do Brasil, por exemplo, é fazer uma confusão analítica e política, ou sindicatos de funcionários públicos e a Confederação Nacional de Bispos do Brasil. A natureza política dos protagonistas é distinta, o que nos leva a separá-los analiticamente.

Nesse sentido, é necessário que se faça uma distinção das próprias organizações da sociedade civil.

Dentro da categoria de organizações da sociedade civil estão relacionadas as organizações da sociedade civil que não possuem uma identidade marcante quanto o sindicato ou as associações de moradores e são organizações institucionalizadas (como a própria CLACSO, por exemplo). Essas organizações geralmente são de caráter profissional, acadêmico, mas que possuem uma importante inserção política nas sociedades.

Além dessas organizações, temos ainda os partidos políticos, que são importantes protagonistas nos conflitos sociais e pertencem ao que à sociedade política, ou seja, uma organização atrelada e dependente do aparelho de Estado, que está submetido ao jogo político governamental (recuperando Gramsci).

A análise das formas de organização dos protagonistas dos conflitos sociais nos permite colocar e desenvolver duas questões que nos parecem extremamente importantes. A primeira diz respeito ao caráter do próprio movimento social e suas perspectivas democráticas, autoritária, reformista, corporativista ou autonomista. A segunda refere-se à capacidade de articulação e mediação políticas entre os protagonistas e outros sujeitos sociais. Nesse sentido, vamos buscar desenvolver essas duas questões a partir das formas de organização que foram identificadas através da análise das cronologias dos conflitos sociais no ano de 2001.

As formas de organização nos indicam a maneira como os protagonistas se organizam para estabelecer estratégias de luta, prioridades, objetivos, prazos, normas, funções, hierarquias, responsabilidades, enfim, toda a estrutura de organização dos protagonistas passa por este atributo. As formas de organização implicam em estabelecer uma série de relações entre os protagonistas de forma que fiquem especificadas as responsabilidades de cada um dentro de uma coletividade.

Nesse sentido, a análise das formas de organização nos permite caracterizar a própria natureza do movimento social. A forma pela qual os protagonistas se organizam, dividem tarefas, atribuem responsabilidades, decidem objetivos, prioridades e estratégias de ação é tão importante quanto os objetivos almejados, pois a própria construção do movimento social em si nos indica o compromisso dos protagonistas com seus discursos e objetivos, ou seja, a organização dos protagonistas, de certa forma, é um prenúncio da ordem que se pretende estabelecer.

As formas de organização não são meramente aspectos formais pelas quais são estabelecidas responsabilidades, funções, normas, etc., mas são uma parte constitutiva fundamental dos protagonistas para identificarmos as possibilidades, potencialidades, limites e contradições entre o discurso e os objetivos e as práticas efetivas que constituem um movimento social. Nesse sentido, a análise das formas de organização é um importante elemento para se apreender a dinâmica da construção e reprodução de um movimento social.

Acreditamos que a forma pela qual se constrói um movimento social é tão importante quanto seus objetivos, pois é na própria construção que são desenvolvidas as potencialidades transformadoras dos seus protagonistas. A construção de uma sociedade efetivamente democrática passa por relações democráticas entre seus membros. Um movimento social que almeja este futuro e se constrói a partir de relações autoritárias, desiguais, em um nocivo ambiente de heteronomia, é uma grande contradição e ao nosso ver está fadado ao fracasso, uma vez que as raízes para a construção de uma sociedade democrática foram perdidas durante a caminhada e no seu lugar cresceram elementos inibidores da democracia.

Nesta formulação, estamos querendo criticar e evitar a prática do “fins justificam os meios”. Qualquer projeto de emancipação e de democratização da sociedade deve abandonar por completo esta prática sob o enorme risco de consolidar relações e instituições opostas ao que se pretendia. Além disso, a construção coletiva e participação efetiva das pessoas devem ser consideradas condições primordiais, uma vez que um projeto de sociedade futura não pode ser fruto apenas de intelectuais iluminados, de um partido político ou de uma classe com um dever histórico a cumprir.

Nesse sentido, acreditamos que um dos papéis a serem desempenhados pelos cientistas sociais é alertar (e não mais do que isso) os protagonistas dos riscos que se corre quando práticas não-democráticas, autoritárias, desiguais, excessivamente centralizadoras, personalistas são utilizadas para se atingir objetivos que almejam relações sociais fraternas, democráticas, justas, etc. Alertar para esse risco é uma forma de contribuir para o crescimento dos protagonistas, pois fazer esse tipo de análise permite identificar as contradições, as dificuldades e os limites dos movimentos sociais. No entanto, o cientista social não é e jamais deverá ter a pretensão de se considerar um juiz, que de posse de um saber sistematizado se coloca acima dos protagonistas e de uma posição “superior” aponta e julga os erros. Essa é uma postura arrogante e autoritária que deve ser igualmente abolida.

O segundo aspecto que ressaltamos é da capacidade de articulação e inserção política dos protagonistas no debate político mais amplo com a

sociedade. A capacidade de se articular, construir mediações e alianças é uma qualidade crucial para que as ações e objetivos dos protagonistas sejam alcançadas. Nesse sentido, a organização é um atributo que nos permite avaliar a capacidade que cada protagonista tem em conseguir se colocar de forma contundente e ser eficaz nas suas ações.

A capacidade de articulação refere-se aos contatos e alianças que os protagonistas conseguem estabelecer com outros movimentos sociais, instituições privadas e públicas, organizações da sociedade civil organizada, mídia, enfim com uma série de outros sujeitos sociais que são elementos importantes para o debate e luta política. A articulação implica em construir relações e laços que podem ser simplesmente pragmáticos e estratégicos ou então solidários, de cumplicidade e união. Conseguir estabelecer esse tipo de relação é fundamental para as estratégias de ação dos protagonistas, pois a cada articulação e aliança costurada, aumenta o poder político e possivelmente o econômico, o que possibilitar aumentar a eficácia das ações.

As articulações políticas, econômicas e culturais são elementos importantes para que os protagonistas consigam potencializar suas lutas, permite que alcançar maior visibilidade pública, levantar recursos e fortalecer seu poder político.

Um ponto importante das articulações é a mediação entre os protagonistas e o Estado. Construir boas e eficazes articulações políticas permite uma melhor mediação com o Estado, ou seja, criar e utilizar de forma adequada os canais institucionais para conseguir atingir objetivos. A mediação entre movimentos sociais e o Estado é um ponto delicado e que merece ser aprofundado.

Sustentamos que os movimentos sociais devem ter autonomia completa em relação ao Estado, ou seja, não devem depender jurídica, econômica e politicamente das instituições estatais, assim como devem ser autônomos na construção de suas práticas, discursos, estratégias e objetivos. Autonomia é a palavra-chave da relação entre Estado e os movimentos sociais. Autonomia e independência sim, mas negligência e ingenuidade não. Apesar das críticas aos Estado-Nação latino-americano, ele ainda representa uma fundamental instância de poder onde são feitas e regulamentadas leis e normas que vão organizar e regular (de forma autoritária, elitista e heterônoma, sem dúvida alguma) as relações de produção, o território, o sistema judiciário, as formas de propriedade, as políticas públicas, etc. Nesse sentido, os movimentos sociais têm que estabelecer, em diferentes intensidades e de diferentes maneiras, formas de se relacionar com as instituições estatais, uma vez que essas relações são cruciais para a resolução e superação de conflitos e problemas que estão mobilizando as pessoas.

As formas de se relacionar com as instituições estatais e as maneiras como são construídas essas relações vão variar de acordo com cada movimento social e dentro de cada um deles também existem várias formas de se construir essas relações. O MST, por exemplo, é um movimento social rural que possui várias formas de se relacionar com as instituições estatais e mantendo sua autonomia em relação ao Estado. Ao mesmo tempo em que este movimento consegue construir canais institucionais (grupos de trabalho, reuniões, audiências), ele também utiliza outras estratégias para pressionar o Estado a realizar a reforma agrária (as ocupações e marchas).

Os movimentos sociais podem agir “com o Estado, apesar do Estado e contra o Estado” (SOUZA,2003) dependendo da conjuntura, dos objetivos e da margem de manobra política e econômica disponível.

Voltando à questão das articulações, podemos afirmar que elas são fundamentais para definir política e analiticamente a *escala política* dos protagonistas, lembrando que escala política é a escala utilizada para apreender a capacidade de articulação, organização, magnitude e inserção social de um conflito e dos movimentos sociais. Em outras palavras, a escala política nos informa quais níveis de poder (local, regional, nacional, continental, global) os protagonistas conseguem acessar e utilizar em seu favor.

O uso político do espaço: as estratégias espaciais dos protagonistas

Os tipos de manifestações são as formas pelas quais os conflitos efetivamente se concretizam. Uma manifestação é a concretização da ação desencadeada por um protagonista, é o conflito enquanto ato. A manifestação é o conflito *stricto sensu*. Sem a manifestação não é possível a existência de conflitos sociais. Podemos imaginar que a manifestação é de certa forma o ápice da ação dos protagonistas.

Afirmar que as manifestações são o ápice não significa dizer que o processo histórico pára nesse momento. Vamos entender as manifestações como ápice desse processo no sentido de que é neste momento que os protagonistas tentam *ocupar um espaço* na arena política pública para se colocar como um sujeito ativo da construção do devir social. A partir daí, a partir da manifestação, esse é o momento em que os protagonistas tornam-se públicos e se apresentam para o conflito, que evidentemente terá desdobramentos e de forma alguma se encerra no momento da manifestação.

A busca pela visibilidade é uma constante nos conflitos sociais. Busca-se a visibilidade para que o sentido daquela luta se torne público, torne-se conhecido pela sociedade. É evidente que a intensidade da visibilidade vai depender da força que esses protagonistas têm para articular e ampliar suas escalas políticas. Protagonistas com maiores capacidades de articulação política e recursos econômicos, geralmente conseguem ampla visibilidade pública, o que não acontece com aqueles com menor capital político e econômico. Dessa forma, podemos dizer que a visibilidade pode variar entre um grau mínimo, que é aquela onde os protagonistas conseguem se fazer notar apenas pelos seus antagonistas diretos¹⁵, até aquele que conseguem uma visibilidade global, como os zapatistas, o MST, os movimentos anti-globalização.

Além da questão da visibilidade, as manifestações são práticas concretas para se atingir determinado objetivo. Logo, uma manifestação não tem apenas o objetivo de se alcançar uma visibilidade, mas também de atingir objetivos concretos, como reivindicações por melhorias nos equipamentos urbanos, suspensão do uso de alimentos transgênicos, aumentos salariais, demarcação de terras indígenas e de quilombolas, etc. Ou seja, as manifestações têm objetivos concretos, almejam conseguir ganhos sociais para os seus protagonistas e não apenas a visibilidade social.

Seguindo essa formulação, uma questão crucial se coloca: como os movimentos sociais conseguem ter visibilidade? Que estratégias são utilizadas para conseguir atingir seus objetivos específicos e concretos?

Analisando o material empírico (as cronologias do ano de 2001 da revista do OSAL), construímos uma classificação para os tipos de manifestações que ocorriam. Essa chave conta com dezesseis (16) tipos de manifestações diferentes. No entanto, em nada menos do que em quinze (15) o espaço é o elemento primordial para a análise teórica e condição de realização prática das ações. Isso significa dizer que o uso político do espaço é fundamental para os processos de luta (LACOSTE, 1998).

Qualquer que seja a natureza sociogeográfica do conflito ou do protagonista, no momento em que ele se coloca em ação, é necessária a sua inscrição no espaço. Essa inscrição no espaço vai depender das *estratégias espaciais* criadas pelos protagonistas para conseguir ter visibilidade e alcançar ganhos concretos.

A questão da visibilidade está associada à ocupação do espaço. Todo protagonista almeja que sua luta se torne pública, conhecida e para isso ele deve ser visto, deve se tornar público. Tornar-se público, tornar-se conhecido não é necessariamente ocupar o espaço público stricto sensu - ruas, praças, avenidas, alamedas, etc. -. Tornar-se público é realizar uma ação em algum lugar, em algum espaço e ser conhecida pela sociedade. Nesse sentido, a mídia desempenha um papel fundamental na questão da visibilidade dos protagonistas, pois ela pode ressaltar ou esconder determinadas questões.

Saber ocupar como e qual espaço ocupar é um fator estratégico e político fundamental. LACOSTE (idem), nos ensina que é preciso saber pensar e utilizar o espaço para nele saber combater. Logo, a forma como o espaço é ocupado e principalmente, escolher qual espaço será ocupado são decisões cruciais para o êxito da ação. Os tipos de manifestações referem-se efetivamente ao controle do espaço, como veremos mais a frente.

O uso do espaço vai ser diferenciado, dependendo do protagonistas, de seus objetivos, sua capacidade de articulação política, organização, etc. Tornar-se público é ocupar um espaço. Esse espaço pode ser uma praça, uma avenida, uma fábrica, um latifúndio, um prédio público, um posto de pedágio, etc.

Além da busca por visibilidade, temos que pensar acerca dos objetivos concretos e imediatos dos protagonistas. São esses objetivos/motivos dos conflitos que vão orientar a ação dos protagonistas e evidentemente os espaços que serão ocupados. Isso significa que é muito provável uma correspondência entre o protagonista e os tipo de manifestação, ou seja, os protagonistas, dependendo da sua natureza, vão engendrar diferentes formas de manifestação, uma vez que sua relações com o espaço são diferenciadas.

Apesar das diferenças entre a natureza dos protagonistas, seus objetivos e formas de organização, o que eles têm em comum é a necessidade de saber ocupar politicamente o espaço durante suas manifestações. Vamos apresentar alguns exemplo para tornar mais clara a explicação.

Olhando as manifestações, podemos perceber que o uso do espaço é explícito em algumas e implícito nas demais, o que demanda um olhar mais

apurado sobre a reflexão das práticas sócio-espaciais. No entanto, após uma análise um pouco mais cautelosa, podemos ver que mesmo nestes casos, o espaço é um componente fundamental para a análise teórica e condição para a realização das ações.

Explicitamente temos a ocupação de terras, bloqueio de estradas, ocupação de propriedade pública e privada, atos públicos, passeatas, acampamentos e piquetes. Implicitamente temos greves, motim, vigília, paralisação, enfrentamentos e ação armada. Em relação ao primeiro caso, onde o espaço está explícito, podemos ver que a ocupação e o controle de determinados espaços são cruciais para que as ações dos protagonistas sejam eficazes e também podemos fazer a correlação entre o tipo de protagonista e a manifestação, além de destacar manifestações que são comuns a vários protagonistas.

A ocupação desses espaços permite a visibilidade pública e funciona como um instrumento de luta e reivindicação. A ocupação de terras, bloqueios de estradas, acampamentos e marchas são tipos de manifestações que geralmente estão associadas a protagonistas de natureza rural, como camponeses, indígenas, pescadores, quilombolas, etc. Podemos ver que os espaços que eles ocupam são fundamentais para a reprodução da dinâmica rural hegemônica, ou seja, são espaços cruciais para a reprodução social dos seus antagonistas. Ocupar esses espaços significa paralisar as atividades e pressionar seus antagonistas. Ocupar uma propriedade, fazer um bloqueio de estrada são formas de impedir essa reprodução social e econômica dos setores hegemônicos. O uso político do espaço implica em saber causar danos ao inimigo, paralisar suas ações, ganhar visibilidade, garantir poder de reivindicação.

Além dessas manifestações, esses protagonistas também lançam mão da ocupação propriedade pública, que são prédios de instituições públicas, atos públicos e passeatas. É interessante observar que esses tipos de manifestações ocorrem nas cidades. Isso não ocorre por acaso. Essas manifestações mostram como a cidade concentra o poder político (afinal, é a sede de poder estatal e das empresas) e garantem maior visibilidade aos protagonistas. Ainda que os movimentos sociais tenham uma origem rural, muitas de suas manifestações ocorrem na cidade justamente por ela ser o centro da política e onde é mais fácil conseguir entrar na cena pública.

Os protagonistas urbanos lançam mão de ocupações de prédios públicos e privados, atos públicos, passeatas e piquetes. Esses protagonistas já estão no centro do poder. O uso dos espaços da cidade garante uma notória visibilidade, dependendo, evidentemente de qual espaço será utilizado, quantas pessoas participam, etc. O que queremos salientar é que esses protagonistas também utilizam o espaço para conseguir atingir seus objetivos. Podem ser reivindicações salariais, melhorias de algum serviço público, protesto contra empresas privadas, contra privatizações, enfim, existe uma série de motivos.

As passeatas e os atos públicos são a ocupação do espaço público por excelência, é a ocupação de ruas, praças, avenidas pelos protagonistas através da concentração de pessoas e realização de atividades que sejam atrativas e ajudem a aglutinar as pessoas. Enquanto isso, as ocupações de prédios públicos e privados (instituições, bancos, empresas e fábricas) são formas de

enfrentamento mais diretos e impactantes, onde os protagonistas se colocam em confronto direto com as instituições e forças contra as quais eles lutam. Por fim temos o piquete, que é uma forma de barrar o acesso a um determinado espaço. O piquete é uma radicalização da greve, pois ele busca impedir que trabalhadores entrem no seu local de trabalho. Sem dúvida o uso político do espaço aqui é explícito e tem como objetivo paralisar as atividades dos seus antagonistas.

Agora vamos buscar tornar claro a importância do espaço para os demais tipos de manifestação, que são aqueles onde o espaço estaria implícito na sua dinâmica, mas pretendemos mostrar que basta um olhar um pouco mais atento para perceber que sua importância nestes casos é crucial.

As greves, os motins, a vigília, a paralisação, os enfrentamento e ação armada também são formas de se utilizar politicamente o espaço.

A greve e a paralisação são formas de suspender as atividades que deveriam ser realizadas em dado lugar em um determinado tempo. A greve e a paralisação suspendem a atividade do trabalho. THOMPSON (op. cit.), SADER (1988) e FOUCAULT (op. cit.) expõem os mecanismos de disciplinarização dos trabalhadores. Esses mecanismos têm como objetivo disciplinar a experiência do tempo e espaço do trabalhador, seja em qualquer profissão que desempenhe, seja ele assalariado, informal ou autônomo, não importa. Todos estão submetidos a formas de disciplina e controle do seu espaço e do seu tempo. Espaço e tempo são organizados, esquadrihados e racionalizados para garantir uma maior eficácia e produtividade do trabalho. Sabemos como estes mecanismos oprimem e exploram, em maior ou menor intensidade dependendo das condições sociais. A greve e a paralisação são uma forma de romper com essa disciplina e controle e dessa forma alterar e suspender, mesmo que temporariamente, essa forma de organizar o tempo e o espaço dos trabalhadores. Nesse sentido, a greve e a paralisação são formas de uso político do espaço pois elas suspendem, ainda que temporariamente uma forma de organização do trabalho baseada na disciplina e controle do tempo e espaço dos trabalhadores.

A vigília é a ocupação de um determinado espaço, geralmente de forma pacífica onde as pessoas buscam ganhar visibilidade a fazer reivindicações. É um uso político do espaço.

O motim, os enfrentamentos e ação armada são tipos de manifestação onde o controle do espaço confunde-se com o próprio motivo do conflito, principalmente no caso de trabalhadores informais (camelôs, principalmente) e movimentos anti-sistêmicos como as FARC e os Zapatistas. O motim é a forma pelo qual a população carcerária (detentos) toma o controle da instituição penal para fazer suas reivindicações. Geralmente os motins ganham ampla visibilidade, pois são fartamente noticiados na mídia, quase sempre com um forte componente terrorista, ou seja, de incitar o medo na população e mostrar o perigo que essas pessoas representam para a sociedade. Controlar o espaço da instituição penal é crucial para esse tipo de protagonista, ainda mais tendo em vista que essa é uma das poucas (senão a única) dessas pessoas conseguirem se manifestar de alguma forma.

Os enfrentamentos são o conflito *stricto sensu*, ou seja, há o conflito físico entre os protagonistas e seus antagonistas. Esse conflito tem como a causa principal o controle do espaço. Seja o espaço urbano ocupado por camelôs ou por

moradores que saem às ruas para protestar e entram em conflito com a polícia ou o espaço que é disputado pelos Zapatistas e o Estado mexicano. Os enfrentamentos podem estar associados a outros tipos de manifestações. É muito comum que em uma passeata, ocupação de terra, ocupação de prédio público, de propriedade privada ocorra um conflito com a polícia. O enfrentamento, geralmente é o desenrolar de uma outra manifestação. No entanto, o enfrentamento é a própria manifestação em casos mais específicos como nas ações das FARC e do ELN, por exemplo. É comum nos casos dos movimentos anti-sistêmicos que o Estado, através das forças armadas seja o provocador do conflito, ou seja ele começa os ataques desencadeando o conflito. Nesse sentido, quando as forças da ordem hegemônica agem para preservá-la, o conflito é detonado pelos antagonistas, como é o caso da repressão ao comércio informal, ações da polícia em favelas, ações dos exércitos contra movimentos sociais, milícias de fazendeiros contra camponeses, etc.

A ação armada envolve atividades geralmente relacionadas às FARC, ELN e aos Zapatistas. Esse tipo de manifestação é a busca pelo controle ou destruição de um espaço estratégico específico. A ação armada é desencadeada pelos próprios protagonistas com objetivos que podem ser relacionados à lógica militar: controlar uma ponte, destruir infra-estrutura de comunicação, dominar uma estrada, uma cidade ou uma região. A ação armada encarna perfeitamente a observação de LACOSTE, quando ele afirma que é preciso saber pensar para nele saber combater. A ação armada é justamente isto: pensar estrategicamente e utilizar o espaço para dominar o inimigo.

Durante este texto, buscamos demonstrar como o espaço possui uma importância teórica e política crucial para a análise dos conflitos sociais e como um fator estratégico para os próprios movimentos sociais. Saber pensar o espaço, ocupá-lo, organizá-lo e distribuir as atividades é uma tarefa crucial para a eficácia das ações.

Ao fazer o uso político do espaço através das estratégias espaciais, os protagonistas estão rompendo com uma ordem hegemônica calcada no direito da propriedade, do indivíduo, do direito de ir e vir. Ora, romper com essa ordem os transforma, segundo a lógica e o discurso hegemônico em desordeiros, baderneiros, criminosos. Daí emerge o discurso de criminalização dos movimentos sociais, pois eles colocam como horizonte outras ordens sócio-espaciais que colocam em risco a existência da ordem hegemônica da propriedade privada.

Bibliografia

Arrighi, Giovanni, 1994 *O Longo Século XX* (São Paulo, Contraponto/Unesp)
 CASTORIADIS, Cornelius 1982 *A Instituição Imaginária da Sociedade* (Rio de Janeiro, Paz e Terra)
 CORONIL, Fernando 2000 *Naturaleza del poscolonialismo: del eurocentrismo al globocentrismo* In Lander, Edgardo (compilador) 2000 *La Colonialidad del Saber – eurocentrismo y ciencias sociales –perspectivas latino-americanas –* (Buenos Aires, Clacso/Unesco).
 FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Vozes. Petrópolis, 1998a.

- _____. *Microfísica do poder*. Graal. Rio de Janeiro, 1998b.
- GUATTARI, Felix e NEGRI, Antonio. *Os novos espaços da liberdade*. Coimbra: Centelha, 1987.
- Gohn, Maria da Glória 2000 *Teoría dos movimentos sociais* (São Paulo: Loyola) pp. 121-132.
- GONÇALVES, Carlos W. Porto, 1996 – Geografia Política e Desenvolvimento Sustentável, em Revista Terra Livre no. 11-12 (São Paulo, Marco Zero/AGB, São Paulo)
- GONÇALVES, Carlos W. Porto 2001a, Geo-grafías. Movimientos Sociales, Nuevas Territorialidades y sustentabilidad, (México, Siglo XXI).
- GONÇALVES, Carlos W. Porto 2001b, Amazônia, Amazônias, (São Paulo, Contexto)
- GONÇALVES, Carlos W. Porto 2001c, Meio Ambiente, Ciência e Poder: diálogo de diferentes matrizes de racionalidade, em Ambientalismo e Participação na Contemporaneidade (São Paulo, Educ/Fapesp : 135-162)
- GONÇALVES, Carlos W. Porto, 2001d Para Além da Crítica aos Paradigmas Em Crise; Diálogo entre diferentes matrizes de racionalidade (Popayan – Cauca – Colômbia, VII Coloquio de Geografia Universidad del Cauca – Facultad de Ciencias Humanas y Sociales – Programa de Geografía del Desarrollo Regional y Ambiental)
- GONÇALVES, Carlos W. Porto 2000, Para Além da Crítica aos Paradigmas em Crise: Diálogo entre diferentes matrizes de racionalidade (Caracas, Anais do III Encontro Iberoamericano de Educación Ambiental)
- LACOSTE, Yves. A Geografia serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Petrópolis. Papirus
- LANDER, Edgardo (compilador) 2000 La Colonialidad del Saber – eurocentrismo y ciencias sociales –perspectivas latinoamericanas – (Buenos Aires, Clacso/Unesco)
- LEFEBVRE, Henri. 1981. *La production de l' espace*. Paris. Anthropos.
- LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Editora UFMG. Belo Horizonte, 1999.
- Leff, Enrique 2001, *Epistemologia Ambiental* (São Paulo, Cortez).
- LÓPEZ-SEGRERA, Francisco 2000 *Abrir, impensar y redimensionar las ciencias sociales en América latina y el Caribe: ¿es posible una ciencia social no eurocéntrica en nuestra región ?* In Edgardo (compilador) 2000 La Colonialidad del Saber – eurocentrismo y ciencias sociales – perspectivas latinoamericanas – (Buenos Aires, Clacso/Unesco)
- QUIJANO, Anibal 2000 Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. In La Colonialidad del Saber – eurocentrismo y ciencias sociales –perspectivas latinoamericanas – Edgardo LANDER (compilador) Buenos Aires, Clacso/Unesco)
- Mouriaux, René y Bérout, Sophie 2000 “Para una definición del concepto de ‘movimiento social’”, en OSAL (Buenos Aires: CLACSO) N° 1, Junio.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1988.
- Santos, Boaventura de Souza, 2000 *Introdução a uma Ciência Pós Moderna* (Rio de Janeiro, Graal, 3ª edição)
- Sousa Santos, Boaventura 1998 (1995) *De la mano de Alicia. Lo social y lo político en la postmodernidad* (Santafé de Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Facultad de Derecho Universidad de los Andes, Ediciones Uniandes) 312-331.

SANTOS, M., 1996, *A Natureza do Espaço – técnica e tempo / razão e emoção* (São Paulo, – Hucitec)

_____. 1979. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SOJA, Edward W. 1993 *Geografias Pós-Modernas – A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica* (Rio de Janeiro, Zahar ed.)

SOUZA, Marcelo Lopes de O Território- sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In *Geografia: Conceitos e Temas*. Castro, I. et al. (org.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. *O desafio metropolitano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. *Mudar a cidade*. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2002.

Seoane, José y Taddei, Emilio 2000 “La conflictividad social en América Latina”, en *Osai* (Buenos Aires: CLACSO) Nº 2, Septiembre.

THOMPSON, Edward, 1983 *A Miséria da Teoria* (Rio de Janeiro, Zahar ed.)

TOURAINE, Alain 1987 *El regreso del actor* (Buenos Aires: EUDEBA) pp. 93-106.

Notas

- 1-Na Física essa preocupação, com Heisenberg, levou ao ‘princípio da incerteza’.
- 2-Como nos lembra Milton Santos, não temos a preocupação de estabelecer cortes rígidos, ao contrário, desejamos realçar, sobretudo, os eventos e as épocas e menos os marcos que os separam, já que estes, com certeza, tornam as periodizações insuficientes. A base das periodizações não é constituída apenas pelas relações sociais, porque estas não se dão no vácuo. Por isso é preciso pensar o território como um dos fundamentos de boa parte das periodizações. (Santos, 1996)
- 3- Queremos destacar que grande parte dos conflitos que hoje se configuram em torno do debate ambiental pode ser esclarecido a partir dessas bases conceituais. Afinal, a exploração dos recursos naturais em todos os quadrantes do mundo é fundamental para explicar o desenvolvimento europeu e, ao mesmo tempo, a emergência, hoje, de formações sociais distintas do capitalismo – povos indígenas, camponeses, afrodescendentes em seus *pallenques* e quilombos, enfim grupos cujas formações sociais se recusam hoje mais do que nunca a serem expropriadas de suas terras, afirmando valores coletivos, comunitários, culturais, isto é, seus territórios, suas territorialidades, instrumentalizando a própria re-significação da natureza no contexto do capitalismo.
- 4-Territorialidade aqui entendida em um sentido preciso: um espaço apropriado, material e simbolicamente, controlado e que é ao mesmo tempo produto e condição para a reprodução social
- 5-O verbo no presente não é um descuido. Ao contrário, é para indicar que o processo moderno-colonial continua sob diversas formas desde 1492, como pode ser visto com os modelos de desenvolvimento impostos por agências só formalmente multilaterais como o Banco Mundial, o PNUD, o FMI, a OMC e outras. Ver, em particular, Arturo Escobar em *La Invención del Tercer Mundo* e E. Lander (org.) em *La Colonialidad del Saber*.
- 6-O que implica reduzir a riqueza sob suas diversas formas de fruição à sua dimensão quantitativa que, como tal, não tem limites e, por isso, impõe a lógica do ilimitado à exploração das regiões, dos povos e da natureza.
- 7-Ver Porto-Gonçalves, C.W. “Geo-grafias: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad”, Siglo XXI, México, 2001.
- 8-É preciso considerar que um sistema de pesos e medidas não é só um conjunto de práticas e procedimentos operacionais. É, sempre, um determinado modo de pesar e medir e, toda e qualquer cultura, sempre pesa e mede cada coisa de um modo próprio. Impor seu sistema de pesos e medidas é, assim, impor seu modo de pesar e medir.

- 9-Cabano deriva de cabana, que significa habitação pobre, o que dá bem a idéia de quem eram os cabanos.
- 10-Anti-Édipo (original 1972, Minuit), Mil Platôs vol. 2, 1996. Ed. 34. Rio de Janeiro e O que é a filosofia? (1992). Ed. 34. Rio de Janeiro
- 11-Nesse caso, o que sugerimos é que os técnicos e cientistas ambientais procurem aprender com esta população as suas práticas de conservação e sustentabilidade.
- 12-É evidente que nos centros urbanos encontramos estratégias de sobrevivência criadas para ultrapassar essas dificuldades. Uma dessas estratégias, entre outras, é a criação de vegetais e animais para o consumo de subsistência dentro do grande centro urbano. No entanto, isso é fruto de condições de desigualdade estrutural do modelo urbano-industrial.
- 13-SOUZA, 2000, 2003 e LEFEBVRE (op. cit)
- 14-O circuito superior é aquele formado pelos trabalhadores do setor formal, com carteira assinada, protegidos pela legislação, contribuem com a Previdência Social, pagam impostos, etc. O circuito inferior é composto por aqueles trabalhadores fora do circuito formal, não possuem carteira assinada, não pagam taxas, impostos, não contribuem formalmente com a Previdência, trabalham com mercadorias próprias, artesanais, piratas, roubadas.
- 15-Se os protagonistas não conseguem se fazer notar pelos seus antagonistas, então esse movimento social está fracassando completamente no seu papel.